



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA KALIANE DAMIÃO ESTEVAM

**PELOS DIREITOS E PELA JUSTIÇA: A INFLUÊNCIA DA TEOLOGIA DA
LIBERTAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.**

JOÃO PESSOA
2024

MARIA KALIANE DAMIÃO ESTEVAM

**PELOS DIREITOS E PELA JUSTIÇA: A INFLUÊNCIA DA TEOLOGIA DA
LIBERTAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Juary Luís Chagas

JOÃO PESSOA

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

E79d Estevam, Maria Kaliane Damião.
Pelos direitos e pela justiça: a influência da
teologia da libertação no serviço social brasileiro /
Maria Kaliane Damião Estevam. - João Pessoa, 2024.
73 f.

Orientador: Juary Luís Chagas.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2024.

1. Teologia da Libertação. 2. Serviço Social. 3.
Justiça Social. I. Chagas, Juary Luís. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 364

Maria Kaliane Damião Estevam

**PELOS DIREITOS E PELA JUSTIÇA: A INFLUÊNCIA DA TEOLOGIA DA
LIBERTAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 14/10/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Juary Luís Chagas – UFPB
Orientador

Prof.^a Dra. Aline Maria Batista Machado - UFPB
Avaliadora

Prof. Dr. Jamerson Murillo Anunciação de Souza - UFPB
Avaliador

À minha mãe, Maria Lucia Damião Estevam (in memoriam). A sua sabedoria e amor sempre foram a base sobre a qual construí minha vida. Embora a sua ausência física seja sentida todos os dias, sei que o seu espírito continua a guiar-me e a inspirar-me.

AGRADECIMENTOS

Minha jornada na graduação foi marcada por diversos dissabores, por isso, a conclusão deste trabalho que representa a finalização dessa jornada é, sem dúvidas, uma vitória. Sendo assim, agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora por me darem forças ao longo desta caminhada e não terem me deixado desistir. Agradeço também ao meu pai, Severino Estevam, e à minha irmã, Maria Karina, por estarem sempre ao meu lado. À minha mãe, Maria Lucia (in memoriam), a melhor Pedagoga que pude conhecer, dedico esta conquista. Ela continua sendo a minha maior inspiração, e sei que do céu, junto aos anjos e santos, está orgulhosa de mim.

Quero expressar também minha gratidão ao meu orientador, Juary Chagas, pelo apoio constante durante todo o processo, contribuindo demais para o meu crescimento acadêmico. Agradeço à banca examinadora, professor Jamerson Souza e professora Aline Machado, por disponibilizarem o seu tempo e conhecimento para avaliar este trabalho. Estendo minha profunda gratidão aos professores e professoras do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, onde tive o privilégio de ser aluna. Também agradeço as Assistentes Sociais do Hospital Universitário Lauro Wanderley, onde realizei meu estágio obrigatório. Todos os profissionais do Serviço Social que tive contato durante a graduação, marcaram minha vida com ensinamentos que não esquecerei.

Sou demasiadamente grata aos amigos e amigas que fiz no curso de Serviço Social, especialmente os construídos na turma de 2019.2. Agradeço também às amizades construídas na Paróquia de Nossa Senhora das Dores, as amizades feitas durante a estadia na Residência Universitária, as amizades que permanecem desde o tempo da escola e todas as amizades cultivadas ao longo da vida. Cada um de vocês tornou essa caminhada mais leve e feliz, e guardo com carinho todas as experiências compartilhadas. No mais, a todas as pessoas que torceram e rezaram por mim, de forma direta ou indireta, o meu muito obrigada!

“[...] porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre a influência da Teologia da Libertação no Serviço Social brasileiro. A Teologia da Libertação surge nos anos de 1960 através de setores progressistas da Igreja Católica que influenciados pelas lutas sociais da época questionavam a pobreza existente na América Latina e as péssimas condições de vida da população. Inconformada com a realidade social, essa teologia realiza uma reinterpretação do Evangelho de Jesus de Nazaré adotando uma leitura crítica dos fatos sociais e usa conceitos marxistas para se posicionar frente à “Questão Social”. Sabe-se que o Serviço Social no Brasil surge nos anos de 1930, entrelaçado com a Igreja Católica, e nos anos 60 começa seu Movimento de Reconceituação, época em que a Teologia da Libertação está em efervescência na América Latina, principalmente após as conferências episcopais de Medellín e Puebla. Sendo assim, o objetivo deste estudo é analisar as principais influências ético-políticas da Teologia da Libertação no Serviço Social brasileiro. Para alcançar esse objetivo, realizamos uma pesquisa bibliográfica, utilizando como meio de obtenção de dados as plataformas digitais como Google Acadêmico, SciELO e Repositórios Institucionais de Universidades Federais. Os resultados revelaram que as produções científicas sobre o tema ainda são poucas, sendo localizadas apenas 2 (duas) dissertações de mestrado e 1 (um) artigo científico que tratam diretamente sobre o tema. Recorrentemente se discute sobre a gênese do Serviço Social com as suas bases conservadoras devido a Igreja Católica, porém pouco se discute sobre a ala católica progressista da Teologia da Libertação e as possíveis contribuições da Teologia da Libertação para a dimensão ético-política do Serviço Social no seu contexto de reconceituação e posterior renovação. Diante dos resultados, podemos concluir que as produções científicas sobre a relação entre a Teologia da Libertação e o Serviço Social ainda são escassas, destacando-se, portanto, a necessidade de maior atenção dos pesquisadores ao tema. Os textos produzidos sobre o tema, mostram que a Teologia da Libertação e o Serviço Social se encontram durante o Movimento de Reconceituação a partir da década de 1960, e o diálogo entre eles acontece principalmente por meio da educação popular e dos movimentos sociais. A Teologia da Libertação e o Serviço Social negam a pobreza como vontade de Deus e defendem que, para superá-la, é preciso uma intervenção do Estado através de políticas públicas sociais, deixando a caridade de lado. A Igreja Católica respira novos ares com a Teologia da Libertação, essa que impulsionou e inspirou movimentos sociais significativos que lideraram várias lutas na América Latina. O Serviço Social através das três vertentes do processo de renovação (modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura), fez a crítica de suas bases tradicionais e deixou um legado crítico importante para a profissão que perdura até hoje. Esses dois processos de mudanças no Serviço Social e na Igreja, irão se cruzar, promovendo diálogos e alinhamentos que convergem na defesa da justiça social e dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Teologia da Libertação, Serviço Social, Justiça Social.

Abstract

This paper presents a study on the influence of Liberation Theology on Brazilian Social Work. Liberation Theology emerged in the 1960s through progressive sectors of the Catholic Church that questioned the poverty in Latin America and the poor living conditions of the population. Discontent with the social reality, this theology reinterpreted the Gospel of Jesus of Nazareth by adopting a critical reading of social facts and using Marxist concepts to address the “Social Question.” It is known that Social Work in Brazil originated in the 1930s, intertwined with the Catholic Church, and in the 1960s, it began its Reconceptualization Movement, a time when Liberation Theology was gaining momentum in Latin America, especially after the Medellín and Puebla episcopal conferences. Thus, the objective of this study is to analyze the main ethical-political influences of Liberation Theology on Brazilian Social Work. The genesis of Social Work is often discussed with its conservative roots due to the Catholic Church, but little is said about the progressive Catholic branch of Liberation Theology and its possible contributions to the ethical-political dimension of Social Work in its context of renewal. Therefore, this work seeks to identify the intersection between Liberation Theology and its possible influences on the reconceptualization of Social Work and its contributions to the ethical-political project. To achieve this goal, we conducted a bibliographic review, using digital platforms such as Google Scholar, SciELO, and Institutional Repositories of Federal Universities as sources of data. The results revealed that scientific production on the topic is still very limited, with only two master’s theses and one scientific article directly addressing the subject. Given the results, we can conclude that scientific research on the relationship between Liberation Theology and Social Work is still scarce, highlighting the need for greater attention from researchers to this topic. The texts produced on the subject show that Liberation Theology and Social Work intersect during the Reconceptualization Movement from the 1960s, and the dialogue between them occurs mainly through popular education and social movements. The Catholic Church embraced new perspectives with Liberation Theology, which inspired and propelled significant social movements that led various struggles in Latin America. Social Work, through the three strands of the reconceptualization process (conservative modernization, re-updating conservatism, and intent of rupture), critically assessed its traditional foundations and left an important critical legacy for the profession that endures to this day. These two processes of change in Social Work and the Church intersect, promoting dialogues and alignments that converge in the defense of social justice and Human Rights.

Keywords: Liberation Theology, Social Work, Social Justice.

LISTA DE SIGLAS

AJP	Movimento Ação, Justiça e Paz
ALN	Aliança Libertadora Nacional
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CVII	Concílio Vaticano Segundo
EUA	Estados Unidos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEB	Movimento pela educação básica
MST	Movimento dos trabalhadores rurais sem terra
PEP	Projeto Ético-Político
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
TdL	Teologia da Libertação
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União Soviética

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01 - As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil

Quadro 02 - Dados de identificação das plataformas digitais investigadas quanto a existência de produções acerca da influência da Teologia da Libertação no Serviço Social brasileiro.

Tabela 01 - Dados de identificação dos textos analisados sobre a influência da Teologia da Libertação no Serviço Social brasileiro quanto ao tipo de trabalho publicado.

Tabela 02 - Autores do Serviço Social que citam a Teologia da Libertação e o ano de seus respectivos textos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
Capítulo I - Fé libertadora e justiça: eis a Teologia da Libertação	17
2.1 Os determinantes sócio-históricos para o surgimento da Teologia da Libertação ...	21
2.2 Teologia da Libertação no Brasil	28
2.3 Teologia da Libertação, Paulo Freire e Movimentos Sociais	36
Capítulo II - O encontro entre Teologia da Libertação e Serviço Social	40
3.1 A Institucionalização do Serviço Social Brasileiro e suas bases teórico-filosóficas	42
3.2 As possíveis influências da Teologia da Libertação para a Reconceituação do Serviço Social brasileiro	45
3.3 As contribuições da Teologia da Libertação para a dimensão ético-política do Serviço Social	55
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
5 - REFERÊNCIAS	66
6- ANEXOS	73

1 INTRODUÇÃO

A Teologia da Libertação - TdL nasce como um grito de indignação de religiosos católicos da América Latina que almejavam uma forma de associarem a fé cristã com a justiça social. Nascida inspirada pelas lutas sociais e pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), a TdL desafia as estruturas de poder e influência da Igreja Católica na sociedade de classes capitalista ao propor uma reinterpretação do Evangelho, colocando a população pobre no centro da mensagem cristã. Para Gutiérrez (1981), a TdL não é neutra; ela toma partido dos oprimidos, sendo um instrumento de mudança social, política e econômica, guiada pela mensagem de libertação contida no Evangelho.

Löwy (2000) coloca que a Teologia da Libertação é um “vasto movimento social, com consequências políticas de grande alcance”. A TdL é um movimento que se recusa a aceitar a pobreza como destino divino, e propõe uma práxis libertadora. As conferências dos bispos latino-americanos realizadas em de Medellín (1968) e Puebla (1978) consolidaram a opção preferencial pelos pobres e a crítica ao capitalismo como fundamentos da TdL, que, apesar das perseguições dentro da própria Igreja Católica, permanece relevante na busca por justiça social e dignidade humana.

Nos conturbados anos de 1960, quando o Brasil começava mergulhar nos sombrios anos de ditadura civil-militar, a Teologia da Libertação, com suas raízes fincadas na realidade social e política do país, encontrou eco entre católicos progressistas, que se recusavam a aceitar a opressão e a injustiça como destino inevitável. Sob a liderança de figuras como Leonardo Boff, Frei Betto e Dom Helder Câmara, esse movimento ganhou força, transformando a fé em uma ferramenta de justiça social.

Trazendo para a trajetória do Serviço Social, na efervescente década de 1960, enquanto a América Latina fervilhava com lutas sociais e movimentos revolucionários, o Serviço Social latino-americano iniciava seu Movimento de Reconceituação. Buscando ficar longe de suas raízes tradicionais religiosas ancoradas em práticas assistencialistas e caritativas, o Serviço Social começou a buscar novas bases teóricas que pudessem responder às complexas expressões da "Questão Social". Nesse sentido, este trabalho buscará investigar a conexão entre TdL e Serviço Social, tendo em vista a longa história entre Serviço Social e Igreja Católica.

O atual Projeto Ético-Político - PEP do Serviço Social brasileiro representa uma evolução significativa na trajetória da profissão, pois esse marca a recusa do conservadorismo e a aderência majoritária da teoria social crítica. O processo de renovação do Serviço Social brasileiro tem início na década de 1970, estendendo-se pelos anos 1980 e consolidando-se de forma hegemônica na transição entre as décadas de 1980 para 1990, com o desenvolvimento do PEP.

O interesse e justificativa por esta temática surgiu a partir da experiência com movimentos católicos progressistas ligados à Teologia da Libertação. Entre 2015 e 2019, participei ativamente da Pastoral da Juventude na paróquia de Nossa Senhora das Dores, em Timbaúba-PE, um movimento católico com raízes na Ação Católica Especializada dos anos 60, fortemente influenciado pela Teologia da Libertação e pela Pedagogia do Oprimido de Freire. Como destaca a Pastoral da Juventude (2009), "Medellín e Puebla trouxeram novos ares para a ação pastoral com a opção concreta pelos pobres e pelos jovens". Além disso, em 2019, integrei a Pastoral Carcerária, onde participei de momentos de escuta e diálogo com jovens internos devido a atos infracionais, no Centro de Atendimento Socioeducacional (CASE) do mesmo município.

Ao ingressar no curso de Serviço Social em 2019, surgiu o desejo de investigar se, em algum momento da história, o Serviço Social foi influenciado pela Teologia da Libertação e como ocorreu essa intersecção. Embora a relação entre o Serviço Social e a Teologia da Libertação seja pouco explorada na literatura acadêmica, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as principais influências ético-políticas da Teologia da Libertação no Serviço Social brasileiro. E objetivos específicos: identificar os determinantes sócio-históricos para o surgimento da Teologia da Libertação, Localizar historicamente o encontro da Teologia da Libertação com o Serviço Social no Brasil e Compreender as possíveis contribuições da Teologia da Libertação para a dimensão ético-política do Serviço Social no seu contexto de renovação após os anos de 1970.

O objetivo deste trabalho é, portanto, analisar as principais influências ético-políticas da Teologia da Libertação no Serviço Social brasileiro. Esta análise visa combater o conservadorismo, promover a democracia, os direitos sociais e a justiça, sem comprometer a laicidade do Estado ou incentivar práticas profissionais com inclinações religiosas. Nesse sentido, fica evidente que não pretende-se atacar a laicidade do Estado, mas investigar as possíveis contribuições da TdL no contexto de Reconceituação do Serviço Social e fortalecimento do Projeto Ético-Político.

A relevância acadêmica e profissional desta pesquisa reside na ampliação da produção científica do Serviço Social sobre a Teologia da Libertação, considerando que o Brasil possui uma das maiores populações católicas do mundo. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2010, cerca de 64,6% da população brasileira se declarou católica. O Anuário Estatístico da Igreja de 2015 apontou que o Brasil abrigava 172,2 milhões de católicos, representando 26,4% dos católicos do mundo. Além disso, o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2022 revelou que o Brasil tem mais igrejas e templos do que escolas e hospitais juntos. De acordo com Simões (2024), a categoria de Assistentes Sociais no Brasil é, assim como a população geral, majoritariamente composta por agentes religiosos e cristãos.

Indiscutivelmente, o Serviço Social brasileiro tem suas origens ligadas à Igreja Católica. Em seu Movimento de Reconceituação e posterior renovação brasileira, foram feitas críticas à influência da Igreja, buscando-se questionar os fundamentos do catolicismo na profissão. No entanto, não se pode esquecer que a própria Igreja também foi atravessada por processos, disputas e até mesmo dissidências ao longo de sua história.

Considerando esses dados, a importância de uma pesquisa sobre a influência da Teologia da Libertação no Serviço Social brasileiro torna-se evidente. Investir nesse campo não apenas enriquece a produção acadêmica, mas também contribui para uma prática profissional mais contextualizada e sensível às realidades dos usuários. Para investigar a influência da Teologia da Libertação no Serviço Social brasileiro, adotou-se a pesquisa bibliográfica, fundamentada em materiais publicados em Português. Foram realizadas buscas em plataformas digitais como Google Acadêmico, Periódicos CAPES, SciELO e repositórios institucionais de Universidades Federais. A seleção dos textos foi criteriosa, resultando na análise de um artigo científico e duas dissertações de mestrado.

Para o desenvolvimento do trabalho, utilizou-se o método do materialismo histórico dialético, que permite uma compreensão profunda da realidade social, considerando a totalidade sócio-histórica do fenômeno estudado. A pesquisa enfatizou a importância do diálogo interdisciplinar com as Ciências Sociais, História, Filosofia e Teologia e do resgate teórico de correntes progressistas como forma de fortalecer o projeto ético-político do Serviço Social e combater as influências conservadoras ainda presentes na profissão.

O trabalho está organizado da seguinte forma: dividido em dois capítulos, sendo o Capítulo I intitulado como “Fé libertadora e justiça: eis a Teologia da Libertação”, traz o subitem 2.1 que fala sobre os determinantes sócio-históricos para o surgimento da Teologia da Libertação, o subitem 2.2 sobre a Teologia da Libertação no Brasil e o subitem 2.3 sobre a

Teologia da Libertação, Paulo Freire e os Movimentos Sociais. O Capítulo II intitulado como “O encontro entre Teologia da Libertação e Serviço Social”, está estruturado da seguinte forma: subitem 3.1 - A Institucionalização do Serviço Social Brasileiro e suas bases teórico-filosóficas, 3.2 - As possíveis influências da Teologia da Libertação para a Reconceituação do Serviço Social brasileiro e 3.3 - As contribuições da Teologia da Libertação para a dimensão ético-política do Serviço Social, neste último tópico são mostrados e explicados os resultados da pesquisa. Seguem-se as considerações finais e as referências.

Estudar a aproximação da TdL com Serviço Social é fundamental para fortalecer o PEP da profissão, pois a TdL se torna uma aliada na luta pela defesa dos Direitos humanos, da democracia, justiça social e da emancipação humana. O Código de Ética Profissional de 1993 reconhece a liberdade como valor ético central e a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. Em uma direção sócio-ecclesial semelhante, a TdL, luta pela equidade social e os direitos dos mais pobres. Então, analisar o encontro da TdL com o Serviço Social, é de uma considerável importância para a consolidação de um Projeto Ético-Político pautado em um olhar crítico acerca da realidade social.

Capítulo I - Fé libertadora e justiça: eis a Teologia da Libertação

A Teologia da Libertação - TdL, considerada como um movimento sócio-teológico de grande relevância no século XX, emergiu a partir dos anos de 1960, espalhando-se na América Latina por meio de setores progressistas da Igreja Católica Apostólica Romana. No contexto mundial, o anos 60 foi profundamente influenciado pela Guerra Fria entre os Estados Unidos - EUA e a União Soviética - URSS. O mundo estava polarizado entre o capitalismo, liderado pelos EUA, e o socialismo, liderado pela URSS. Esta divisão influenciava a política e as alianças em todo o mundo. A Igreja Católica estava atenta a essa realidade, e seu setor progressista vai ser impactado por essas lutas sociais. (Gómez, 2008)

Na América Latina, destacava-se o triunfo da Revolução Cubana em 1959 que inspirou movimentos progressistas em toda a região e desafiou a influência dos EUA. Esta revolução teve um impacto profundo na América Latina, inspirando movimentos revolucionários em vários países, e colocando Cuba no centro das atenções da política mundial. A Revolução Cubana derrubou o governo do ditador Fulgencio Batista, estabelecendo um regime socialista no país que se mantém até os dias atuais, apesar do fim da União Soviética e do embargo econômico imposto pelos EUA. (Geromel, 2021)

Os Estados Unidos, temendo a expansão da “ameaça comunista” na América Latina, intensificaram a sua presença na região através de políticas de intervenção direta e apoio a governos militares. O apoio aos golpes militares tornou-se uma estratégia comum, como no Brasil em 1964, quando o presidente João Goulart foi deposto por um golpe militar apoiado pelos EUA, que instaurou uma ditadura que duraria até 1985. Em contrapartida, na década de 1960, percebe-se também o aumento de uma consciência global sobre Direitos Humanos e justiça social, o que incentivou o surgimento da TdL. (Geromel, 2021)

A TdL propõe uma reflexão teológica que interpreta a realidade da América Latina à luz do Evangelho de Jesus de Nazaré, empregando, no entanto, conceitos marxistas para essa reflexão. Sendo assim, mostra uma postura política guiada pela ideia de classe social. No tocante aos determinantes sócio-históricos para o surgimento desse movimento, Löwy, Sofiati e Andrade (2020) destacam que

Embora o Concílio Vaticano II (1962-1965) tenha sido um elemento importante na formação da TL, a importância tanto da revolução cubana de 1959 quanto dos movimentos populares das décadas de 1950 e 1960 na América Latina não pode ser negligenciada. (Löwy; Sofiati; Andrade, 2020, p. 2)

Com a vitória da Revolução Cubana em 1959, diversos movimentos revolucionários e de resistência foram incentivados a lutar contra regimes opressores em toda a América Latina. Esse evento, combinado com a série de golpes militares nos anos 60 e 70, criou um cenário de extrema polarização política e social. Os golpes militares, materializados por ditaduras repressivas, censura e violação dos Direitos Humanos, geraram um ambiente de intensa luta política. Em meio a esse contexto de revoluções e transformações sociais na América Latina, a Teologia da Libertação se desenvolve. (Gómez, 2008).

A América Latina historicamente marcada por governos autoritários, ditaduras apoiadas pelos Estados Unidos e elites locais. Nesse sentido, alguns membros do clero e religiosos da América Latina sentiram a necessidade de se envolver mais diretamente com as lutas sociais e políticas de suas comunidades, em vez de permanecerem distantes ou alheios a essas realidades. Esses fatores combinados criaram um terreno fértil para o surgimento da Teologia da Libertação, que busca uma interpretação da fé cristã que fosse relevante e transformadora especialmente para os pobres. (Gómez, 2008).

A TdL busca “resposta à contradição existente na América Latina entre a pobreza extrema e a fé cristã de maioria de sua população” (Noronha, 2012). A partir da década de 1960, importantes reconceituações começam acontecer na Igreja. Em 1961, o Papa João XXIII convocou o Concílio Vaticano II - CVII¹, o qual foi responsável por diversas transformações litúrgicas e sociais na igreja. O Concílio é uma assembleia composta por representação de bispos de todos os continentes, que se reúne em comunhão com o Papa para discutir e elucidar questões relacionadas à fé, à moral e à vida prática da Igreja.

O CVII durou três anos e foi finalizado no papado do Papa Paulo VI. Na TdL, o deus cristão não é visto de forma vertical, na qual as ordens vêm de cima para baixo de forma autoritária, mas é visto de forma horizontal, no qual se faz presente no meio dos pobres e dialoga com eles sobre suas necessidades e desejos. O concílio enfatizou que era indispensável que o catolicismo se abrisse para a modernidade. O CVII destacou a necessidade da Igreja Católica se envolver mais ativamente nas questões sociais e políticas. (Menezes, 2007)

¹ O Concílio Vaticano II (1962-1965) foi um evento promovido pela Igreja Católica, convocado pelo Papa João XXIII com o objetivo de atualizar a Igreja frente às mudanças que estavam acontecendo nos anos 60. O concílio reuniu bispos do mundo todo para discutir questões litúrgicas e sociais. Foram realizadas quatro sessões entre 11 de outubro de 1962 e 8 de dezembro de 1965. O concílio foi concluído pelo Papa Paulo VI. O concílio promoveu um maior diálogo com outras religiões e ideologias, e destaca-se principalmente pela adoção da língua vernacular de cada país para a celebração da liturgia da missa, tornando a Igreja mais acessível aos fiéis.

A TdL surge em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pelo CVII, adaptando-os ao contexto latino-americano de pobreza, subdesenvolvimento e opressão. Em 1968 acontece a segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada na cidade de Medellín, localizada na Colômbia. Nessa conferência a Igreja Católica latino-americana, através de padres e bispos progressistas, refletem sobre a pobreza, miséria e meios de enfrentá-las através da justiça social. De acordo com Sbardelotti (2019, p. 14) “Medellín sugeriu a transformação das estruturas sociopolíticas e econômicas.” Com esse posicionamento, a prática da Igreja, sua pregação e sua teologia se voltaram para a justiça social.

Após dez anos da Conferência de Medellín, aconteceu em 1978 a Conferência de Puebla de Los Angeles, no México, no período 12 a 28 de outubro, convocada pelo papa Paulo VI. Sbardelotti (2019, p. 15) afirma que “em Puebla, os bispos reassumiam a clara e profética Opção pelos Pobres.” A preferência pelos pobres, embora não tenha sido abraçada com igual fervor por toda a Igreja Católica, certamente emergiu como uma questão central nos documentos e nas estratégias pastorais, ainda que sua implementação seja mais discutida do que realizada.

A obra “A Teologia da Libertação: Perspectivas” de 1971 escrita pelo padre peruano Gustavo Gutiérrez, é amplamente considerada a primeira obra a sistematizar os princípios e ideias fundamentais da Teologia da Libertação. Esse livro é frequentemente apontado como um marco inicial no desenvolvimento e na disseminação desse movimento sócio-eclesial. O livro “Jesus Cristo Libertador” de Leonardo Boff publicado também em 1971 é considerado como a primeira obra brasileira sobre a TdL.

Embora seja considerado contraditório por alguns críticos o fato da TdL adotar conceitos marxistas para suas análises, pois no senso comum se atribui a frase “a religião é o ópio do povo” de Marx a um significado anti-religioso. Porém, para a TdL a religião deve agir como instrumento de mobilização social contra as injustiças, atuando em favor dos mais pobres e dos seus direitos. Nessa orientação, a religião para a TdL não representa mais o ópio do povo, mas sim uma fonte de libertação. A interpretação da TdL sobre o deus cristão é que ele não é um deus opressor e violento, conforme Boff (1988) Deus se manifesta para tirar o povo da opressão e da servidão. Para Löwy (2016)

Com a Teologia da Libertação vemos o surgimento de um pensamento religioso que usa conceitos marxistas e que serve de inspiração para as lutas pela libertação social. Na verdade, algo novo aconteceu no cenário religioso latino-americano nas últimas

poucas décadas, e algo que tem grande relevância para a história mundial. Um setor significativo da Igreja – tanto fiéis, como clero – na América Latina, mudou de posição na área de lutas sociais, passando, com seus recursos materiais e espirituais, para o lado dos pobres e de sua luta por uma sociedade nova. (Löwy, 2016, p. 34)

A TdL adota a teoria marxista de forma seletiva e parcial. Ao integrar a análise marxista com a perspectiva teológica, esses teólogos e teólogas buscaram formas mais eficazes de promover a justiça social e a dignidade humana, articulando uma reflexão teórica robusta com a práxis transformadora. Essa interseção entre a Teologia da Libertação e a Teoria Marxista exemplifica a importância do diálogo interdisciplinar na abordagem dos problemas sociais e na busca por um modelo de sociedade mais justo e solidário. (Löwy, 2016)

Para Löwy (2016) a TdL incorpora do marxismo: a crítica ao capitalismo, a ênfase na práxis e a luta de classes. A Teologia da Libertação percebe o capitalismo como um sistema que gera desigualdade e exclusão. Com relação a práxis, a Teologia da Libertação defende uma ação concreta para melhorar as condições dos pobres e oprimidos. A fé deve ser acompanhada de ações que promovam justiça social. No que tange a luta de classes, a TdL reconhece a existência de conflitos entre ricos e pobres e a necessidade de tomar partido em favor dos pobres. Nessa direção, de acordo com Löwy (2016) alguns dos princípios básicos dos escritos da TdL são:

[...] 5. Uma forte crítica moral e social do capitalismo dependente como sistema injusto e iníquo, como uma forma de pecado estrutural. 6. O uso do marxismo como instrumento socioanalítico a fim de entender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classe. 7. A opção preferencial pelos pobres e a solidariedade com sua luta pela autolibertação. 8. O desenvolvimento de comunidades de base cristãs entre os pobres como uma nova forma de Igreja e como alternativa para o modo de vida individualista imposto pelo sistema capitalista. (Löwy, 2016, p. 77)

A TdL não assume uma perspectiva determinista da dimensão econômica. A Teologia da Libertação reconhece a importância das condições econômicas, mas também integra uma dimensão moral e espiritual. As obras de Karl Marx estão presentes na Teologia da Libertação, porém “não enquanto projeto político de um socialismo científico ou de uma filosofia da história que caminha ao comunismo, mas sim enquanto método da dialética na interpretação histórica” (Lacerda; Ribeiro, 2006). Embora realize críticas ao capitalismo, a TdL não defende necessariamente a construção de uma sociedade socialista ou comunista, ainda assim, ela almeja uma transformação social em que haja bem-estar para os pobres. Ao procurar compreender as estruturas sociais para promover sua transformação, Marx desvelou as contradições fundamentais que permeiam a sociedade. Essa abordagem crítica e contextual

permitiu aos teólogos da libertação utilizar a teoria marxista como uma ferramenta para compreender e abordar as injustiças sociais e econômicas presentes em suas realidades.

Portanto, neste capítulo serão abordados os determinantes sócio-históricos para o surgimento da TdL, como também a trajetória da TdL no Brasil e a relação entre TdL, Paulo Freire e Movimentos Sociais. Dentre os países da América Latina, o Brasil foi um dos que mais aderiram às ideias desse movimento sócio-teológico. Pretende-se assim elucidar sobre quais fatores contribuíram para o surgimento da TdL e sua repercussão no Brasil.

2.1 Os determinantes sócio-históricos para o surgimento da Teologia da Libertação

A Teologia da Libertação assimila que o amor e a fidelidade a Deus devem ser provados através do serviço ao próximo, especialmente nas ações com e para os pobres e excluídos da sociedade. A TdL reconhece a importância da caridade para uma ajuda imediata e paliativa, porém deixa evidente que é preciso ir além disso. A TdL apresenta inúmeras críticas à sociedade capitalista e às ideologias que oprimem as pessoas, propondo, dessa forma, uma libertação social. A Teologia da Libertação nasce na América Latina. Gómez (2008) coloca que “não se pode compreender a América Latina sem entender o que representa a TdL.” Nessa direção, a TdL busca uma prática pastoral adaptada ao contexto sócio-histórico da América Latina.

Dando prossecução, é inegável que o surgimento da Teologia da Libertação vincula-se aos desdobramentos do Concílio Vaticano II - CVII, convocado em 1961 pelo Papa João XXIII e iniciado em 1962. Para Menezes (2007) “esse Concílio abriu espaços para discussões e orientações políticas da Igreja, no qual religiosos começaram a elaborar uma teologia vinculada às lutas sociais”. Sendo assim, considera-se o CVII o pontapé inicial para a TdL.

No que tange ao contexto sócio-histórico do período, o mundo enfrentava as consequências do pós segunda guerra mundial (1939 a 1945). Havia uma intensa polarização entre os Estados Unidos e a União Soviética de 1947 a 1991, período chamado de Guerra Fria. Esta polarização teve influência e intervenção direta nos países da América Latina. Em 1962, a Crise dos Mísseis em Cuba marca o ápice da Guerra Fria. (Geromel, 2021)

Durante a segunda metade do século XX, países como Brasil, Bolívia, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai passaram por golpes de Estado e o estabelecimento de ditaduras civil-militares. As ditaduras na América Latina eram financiadas pelos Estados Unidos, a fim

de combater a “ameaça comunista”, fundamentada pela Doutrina de Segurança Nacional para que não se repetisse em outros países a experiência da revolução cubana. As ditaduras na América Latina causaram impactos profundos nas estruturas sociais e econômicas dos países afetados. Uma vez que, esses regimes favoreciam elites econômicas e empresariais, implementando políticas neoliberais que exacerbaram a desigualdade social e econômica e geram crises financeiras. (Geromel, 2021)

Retornando ao Concílio Vaticano II, de acordo com Gibellini (1998), a Igreja latino-americana realizou uma “recepção criativa” do CVII à luz da realidade latino-americana, a solidariedade com o homem torna-se solidariedade com os pobres, e a teologia que acompanha com reflexão este caminho é a Teologia da Libertação. Dessa forma, as noções de predestinação divina que justificam problemas sociais (muito presente na filosofia de São Tomás de Aquino), passam a ser rejeitadas pela TdL; a antiga ideia de que a pobreza é uma virtude agradável aos olhos de Deus foi descartada. O serviço ao próximo é pautado na ideia de justiça social, para que a pobreza seja superada e haja qualidade de vida sem opressão. (Justino, 2017)

Mitidiero (2008) coloca que “a América Latina, mergulhada em um ambiente de miséria e exploração, foi o centro geográfico para o encaminhamento dessa nova teologia.” A questão primordial foi perceber que a estrutura social caracterizada pela pobreza não estava alinhada com os desígnios de Deus, e que a Igreja demonstrava neutralidade perante as injustiças sociais. Ainda segundo o autor

O imperialismo europeu e, principalmente, o norte-americano, fez jorrar da latino-américa tudo que era de valor ou tudo que poderia constituir valor monetário. A febre gananciosa pela captura de todas as fontes possíveis de matérias-primas, o saque do ferro, do carvão, do petróleo; a articulação por meio das ferrovias dos domínios das áreas submetidas; os empréstimos vorazes dos monopólios financeiros; as expedições militares e o apoio às ditaduras militares; a invasão dos bancos na captura das poupanças dos latino-americanos, a exploração da mão-de-obra, tudo isso se efetivou pari passu ao aumento da miséria da população, ao êxodo rural, à urbanização caótica e à industrialização subserviente. (Mitidiero, 2008, p. 7)

Diante desse contexto de exploração e miséria da população da América Latina, o papel da Igreja é questionado, nessa lógica, a TdL buscará oferecer respostas críticas a essa realidade, e trabalhar para a transformação social. A II Conferência do Episcopado Latino-Americano ou Conferência de Medellín que aconteceu em 1968 evidenciou que o papel da Igreja Católica naquele período histórico era de alertar ao mundo sobre realidade socioeconômica em que viviam os latino-americanos, pois a situação de pobreza em que se encontravam a população era considerada um desrespeito ao espírito do Evangelho do Cristo

libertador, pois para a TdL a mensagem do evangelho de Jesus de Nazaré é a vida em plenitude, “Eu vim para que as ovelhas tenham vida e para que a tenham em abundância” (Livro de João, capítulo 10, versículo 1, bíblia cristã). E compreende-se que a plenitude da vida consiste em um estado de bem-estar social, livre de opressões e com a garantia de direitos. (Mitidiero, 2008)

De acordo com Löwy (2016),

Quando os bispos se reuniram na Conferência Episcopal Latino-Americana em Medellín, em 1968, foram adotadas novas resoluções que, pela primeira vez, não só denunciavam as estruturas existentes, acusando-as de terem como base a injustiça, a violação dos direitos fundamentais da população e a “violência institucionalizada”, mas também afirmavam a solidariedade da Igreja com a aspiração do povo à “libertação de toda a servidão”. Chegaram mesmo a reconhecer que, em determinados circunstâncias – tais como a existência de uma tirania prolongada de natureza pessoal ou estrutural – a insurreição revolucionária era legítima. (Löwy, 2016, p. 90)

O documento final da conferência de Medellín possui três momentos. O primeiro momento é dedicado à dignidade humana dos povos latino-americanos, o segundo momento destaca a importância de se adaptar a evangelização às particularidades do subcontinente e, o terceiro momento fala sobre a Igreja Católica e suas estruturas visíveis. Medellín também dedicou-se à renovação da catequese e da liturgia, em consonância com o Concílio Vaticano II. O documento considera que

A Igreja Latino-Americana tem uma mensagem para todos os homens que neste continente têm fome e sede de justiça. O mesmo Deus que criou o homem à sua imagem e semelhança, criou a terra e tudo o que nela existe para uso de todos os homens, e de todos os povos, de modo que os bens criados possam bastar a todos de maneira mais justa (GS 69), e dá poder ao homem para que solidariamente transforme e aperfeiçoe o mundo. (Conferência geral do episcopado latino-americano, 1968, p. 3)

A declaração da Conferência Geral de Medellín reflete uma tentativa de adaptação da Igreja em relação ao contexto em que está inserida na América Latina. Entender de forma dialética a realidade socioeconômica da América Latina é fundamental para uma transformação, pois implica em compreender e responder às necessidades emergentes de localidades vulneráveis. Ao mesmo tempo, o documento também dá ênfase na manutenção da originalidade do evangelho de Jesus de Nazaré e reforça a importância de preservar os princípios fundamentais da mensagem cristã, apesar de buscar novos métodos de expressão. O primeiro momento do documento ressalta ainda a urgência de uma educação genuinamente libertadora, que fomente a formação de indivíduos responsáveis pela sua emancipação. (Gibellini, 1998)

A educação latino-americana, numa palavra, é chamada a dar uma resposta ao repto do presente e do futuro em nosso continente. Somente assim será capaz de libertar nossos homens das servidões culturais, sociais, econômicas e políticas que se opõem ao nosso desenvolvimento. (Conferência geral do episcopado latino-americano, 1968, p. 21)

No segundo momento do documento de Medellín, constata-se que a América Latina enfrenta velozes mudanças sociais, demandando da Igreja uma renovação de seus métodos de evangelização. As novas formas de evangelização não podem ser apenas um esforço direcionado às massas populacionais segregadas, lidas como vulneráveis socioeconomicamente, mas devem também englobar as elites, desafiando a religiosidade que colabora para a perpetuação das desigualdades. Medellín sobreleva a necessidade de promover uma espiritualidade que inspire solidariedade e fraternidade com os menos privilegiados. O documento também disserta sobre a importância dos jovens para a renovação da igreja, colocando que “a juventude é um símbolo da Igreja, chamada a uma constante renovação de si mesma, ou seja, a um constante rejuvenescimento” (Conferência geral do episcopado latino-americano, 1968, p. 27).

O terceiro momento do documento explana sobre “a igreja pobre”. Esse compromisso com a pobreza não apenas permite à Igreja ser solidária com os pobres, mas também a capacita a somar força às suas vozes, a clamar por justiça social. O documento destaca que “Cristo, nosso Salvador, não só amou aos pobres, mas também, sendo rico se fez pobre, viveu na pobreza, centralizando sua missão no anúncio da libertação aos pobres [...]” (Conferência geral do episcopado latino-americano, 1968, p. 63). A TdL interpreta que a caridade não é suficiente para a promoção do bem-estar social dos pobres, é preciso uma mudança social pautada na justiça, direitos humanos e emancipação dos pobres. (Gómez, 2008)

A III Conferência Geral do Episcopado latino-americano, conhecida como Conferência de Puebla realizada em 1978, dez anos após Medellín, apresenta em seu texto oficial três passos, sendo eles: ver, julgar e agir. Nessa direção, o documento é composto por cinco partes. Ao longo de uma década de prática pastoral que seguiu a Medellín, o Documento de Puebla consolida a identidade de uma Igreja que se define pela opção preferencial pelos pobres. Ele representa um resumo de experiências, aprendizados e reflexões acumuladas, reafirmando o compromisso da Igreja com a libertação e a dignidade dos povos.

Se a Igreja se faz presente na defesa ou na promoção da dignidade do homem, o faz na linha de sua missão, que, mesmo sendo de caráter religioso e não social ou político, não pode deixar de considerar o homem na integridade de seu ser. O Senhor delineou na parábola do bom samaritano o modelo da atenção a todas as necessidades humanas, e declarou que, em última análise, se identificará com os deserdados – enfermos, encarcerados, famintos, solitários – a quem se tenha estendida a mão. (Conferência geral do episcopado latino-americano, 1978, p. 11)

Löwy (2016) explica que em Puebla:

A opção preferencial pelos pobres, adotada pela Conferência de Puebla dos Bispos Latino-Americanos (1979), foi, na prática, uma fórmula conciliatória, interpretada em um sentido tradicional (assistência social) pelas correntes mais moderadas e conservadoras da Igreja e, por parte dos teólogos da libertação, como um comprometimento com a organização e a luta das populações pobres por sua própria libertação. Em outras palavras, a luta de classes marxistas, não só como “instrumento de análise” mas como diretriz para a ação, tornou-se um elemento essencial da cultura política/religiosa dos setores mais radicais do Cristianismo da Libertação. (Löwy, 2016, p. 131)

O primeiro momento do documento de Puebla debate sobre a visão pastoral da realidade da América Latina, o segundo momento aborda sobre o desígnio de Deus sobre a América Latina, o terceiro momento destaca sobre a evangelização na Igreja da América Latina, o quarto momento enfatiza acerca da Igreja missionária a serviço da evangelização na América Latina e o último momento elenca as opções pastorais.

O documento de Puebla inova também na crítica direta ao capitalismo, pois expressa que a pobreza da América Latina é ordenada pelo capitalismo. O documento realiza uma leitura estrutural da realidade latino-americana. Ao chamar o capitalismo de “sistema de pecado”, destaca que

A leitura dialética [...] permite descobrir os conflitos da sociedade, a estrutura geradora de opressores e oprimidos. Permite não apenas detectar os sintomas, mas também suas causas. O pobre é visto não como subdesenvolvido, marginalizado, mas como oprimido. [...] o documento elaborado pela Assembléia possui uma visão dialética da realidade. (Conferência geral do episcopado latino-americano, 1978, p. 28)

Nessa conjuntura, a Igreja na América Latina assume a postura de defesa dos Direitos Humanos e compromisso com a libertação como forma de promover a dignidade da pessoa humana. Em Puebla, afirma-se que

Países como os nossos, onde com frequência não se respeitam os direitos humanos fundamentais - vida, saúde, educação, moradia, trabalho, acham-se em situação de permanente violação da dignidade da pessoa humana. (Conferência geral do episcopado latino-americano, 1978, p. 46)

Com Medellín e Puebla, a igreja avança positivamente na perspectiva de uma visão crítica sobre a realidade social, adotando uma postura de não culpabilização do indivíduo por sua situação de pobreza. A igreja reconhece os problemas estruturais decorrentes do sistema de produção capitalista que levam as pessoas a situações precárias de miséria, como também realça a importância de entender o contexto sócio-histórico de formação da América Latina. Contexto esse que foi marcado por ditaduras sangrentas, exploração de recursos naturais e

materiais pelo imperialismo europeu e estadunidense e violações de direitos sociais. (Sbardelotti, 2019)

No entanto, embora mesmo com esses avanços acontecendo, a ala da direita conservadora da Igreja Católica permanece com a visão medieval no que diz respeito aos problemas sociais, atribuindo a pobreza a vontade de Deus, pregando a manutenção da “ordem social”, sendo contrários às ideias de lutas de classes e apresentam postura de defesa da manutenção da antiga liturgia, catequese e são discordantes sobre a ideia de emancipação humana dos sujeitos sociais.

É importante destacar que a Teologia da Libertação não é a corrente com mais adeptos dentro da igreja católica. Apesar de suas ideias terem grande repercussão e adesão na América Latina após a Conferência de Medellín, ela também sofreu e continua sofrendo fortes perseguições de papas, especialmente após 1978 com o início do papado de João Paulo II, sendo um dos marcos de sua jornada a luta em combate a TdL.

A Teologia da Libertação, no seu esforço para compreender e combater a estrutura de desigualdades presentes na América Latina, encontrou no marxismo uma ferramenta teórica valiosa. Durante a década de 1960, os princípios do marxismo, especialmente o conceito de luta de classes, ofereceram uma lente crítica através da qual os teólogos e teólogas da libertação puderam analisar as dinâmicas sociais e econômicas que perpetuam a pobreza e a injustiça. Adotar o conceito de luta de classes permitiu a esses teólogos e teólogas identificar as profundas desigualdades estruturais que não eram apenas econômicas, mas permeiam todas as esferas sociais, incluindo as religiosas. (Lacerda; Ribeiro, 2006)

A teoria marxista diversificou a visão da Teologia da Libertação ao revelar como as relações de poder e dominação se manifestaram em diversas esferas da vida humana, mostrando que a religião não era isenta dessas influências. Ao reconhecer que as estruturas eclesiais podiam reforçar essas dinâmicas opressivas, os teólogos e teólogas da libertação propuseram uma reinterpretação do evangelho que focava na emancipação humana e na justiça social. A TdL almeja não apenas entender, mas transformar a realidade de exploração e opressão, inspirada em uma profunda esperança cristã na possibilidade de um mundo mais justo e fraterno. (Löwy, 2016)

O processo de colonização e o novo imperialismo provocaram diversas mazelas para a população dos países da América Latina. O historiador Eric Hobsbawm na obra “A era dos impérios” (2015) argumenta que “os que não eram europeus nem norte-americanos passaram a ser concebidos, vistos e tratados como inferiores, indesejáveis, fracos e atrasados”. Para Hobsbawm (2015) o Novo Imperialismo foi acompanhado por justificações ideológicas,

como o "fardo do homem branco" e a suposta missão civilizatória. Essas ideias legitimavam o domínio colonial, sob o pretexto de levar progresso, cristianismo e civilização às "raças inferiores". Além disso, Hobsbawm vê o Novo Imperialismo como uma fase crítica do capitalismo global, que ajudou a moldar o mundo moderno e preparar o caminho para os conflitos sócio-políticos do século XX.

A conceituação a respeito da dependência dos países latino-americanos, aparece como uma abordagem das Ciências Sociais, e toma a dependência econômica e cultural dos países pobres e subdesenvolvidos com relação aos países imperialistas europeus e norte-americanos. Sendo assim, os países da América latina, a partir desta ótica seguiram formas específicas na sua formação sócio-histórica e econômica que o diferenciam das formações dos países capitalistas considerados desenvolvidos.

Para Noronha (2012, p. 186), fazem parte do ideário da TdL a “crítica ao sistema capitalista, revelando que ele produz a idolatria ao dinheiro, e a crítica à ideologia do desenvolvimento econômico.” Nessa direção, a TdL questiona a ideologia do desenvolvimento econômico que se traduz em crescimento econômico sem uma justa distribuição de recursos e sem uma verdadeira melhora nas condições de vida da população. Portanto, para a TdL, o verdadeiro desenvolvimento deve ser integral, englobando não apenas aspectos econômicos, mas também sociais e humanos.

Conclusivamente, a TdL é uma teologia crítica que almeja acabar com as injustiças socioeconômicas da América Latina, utilizando a análise marxista para entender e combater as causas estruturais da pobreza e opressão. A TdL apresenta suas raízes no Concílio Vaticano II, mas também foi fortemente influenciada por movimentos revolucionários e populares dos anos 60. A TdL propõe uma nova prática pastoral que se adapta ao contexto sócio-histórico latino-americano, destacando a necessidade de uma igreja que promova a dignidade humana e a justiça social. (Boff, 1988)

Destaca-se ainda que as Conferências de Medellín e Puebla materializaram a opção preferencial pelos pobres e a crítica ao capitalismo como pilares da TdL. Apesar das perseguições internas e das divergências com a ala conservadora da Igreja, a TdL mantém-se relevante ao propor uma reinterpretação da mensagem cristã focada na emancipação humana² e na justiça social.

2.2 Teologia da Libertação no Brasil

² “A emancipação humana é a única capaz de superar as contradições da sociedade civil burguesa [...]” (Löwy, 2002, p. 97)

As ideias da Teologia da Libertação tiveram grande repercussão e aderência entre os católicos progressistas do Brasil a partir dos anos de 1960. Alguns nomes são importantes no contexto brasileiro como referências da TdL, pode-se citar, dentre outros: Leonardo Boff, Frei Betto, Dom Helder Câmara, Irmã Dorothy, Paulo Freire e também as Comunidades Eclesiais de Base - CEBS que tiveram grande importância para a consolidação da TdL no Brasil.

De acordo com Pleyers (2020) as “CEBS eram grupos de formação religiosa, mas também social. Nelas, os participantes discutiam as escrituras sagradas, mas também refletiam sobre sua vida cotidiana e as injustiças presentes nela.” As CEBS realizam-se no Brasil como uma forma de evangelização libertadora no contexto da ditadura civil-militar com o objetivo de colocar em prática as resoluções pastorais do Concílio Vaticano II.

Para Löwy (2016, p. 95) As CEBS são “um pequeno grupo de vizinhos que pertencem à mesma comunidade, favela, aldeia ou zona rural populares e que se reúnem regularmente para rezar, cantar, comemorar, ler a Bíblia e discuti-la à luz de sua própria existência de vida”. Nos anos 1960 e 1970, sabe-se que o Brasil vivia sob um contexto de ditadura que reprimiu severamente movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos de esquerda. Nesse cenário, as CEBS se tornaram um espaço importante de resistência e organização popular, servindo como uma rede de debate e formação de consciência crítica entre as classes populares. Segundo Löwy (2016)

É preciso deixar claro que as comunidades de base ajudaram a criar uma nova cultura política no Brasil, “a democracia das bases”, em oposição não só ao autoritarismo militar, como também às três tradições políticas principais do país: o clientelismo – praticado tradicionalmente nas áreas rurais pelos proprietários da terra e nos centros urbanos por políticos profissionais que distribuem favores (empregos, dinheiro); populismo que, sob Vargas e seus seguidores, permitiu que o governo criasse “de cima” o movimento sindical e popular; e o verticalismo, muitas vezes utilizado pelas forças principais da “velha” Esquerda, seguindo o exemplo soviético ou chinês. (Löwy, 2016, p. 154)

As CEBs também tiveram um papel importante na Constituinte de 1987-1988, que resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988. Elas influenciaram diretamente a inclusão de direitos sociais e econômicos na nova Constituição, como o direito à saúde, à educação, à moradia e ao trabalho, todos considerados essenciais para uma vida digna. Além disso, as CEBs ajudaram a consolidar a visão de participação popular e cidadania ativa, elementos fundamentais para a democracia brasileira. (Pleyers, 2020)

Para Camilo (2011) junto aos problemas socioeconômicos brasileiros da primeira metade do século XX, cresceu também o envolvimento dos religiosos católicos com o

cotidiano de seus fiéis. Nessa direção, diante do contexto do aumento do envolvimento da Igreja Católica com a realidade de seus fiéis devido ao agravamento das questões sociais e o surgimento dos opressivos regimes ditatoriais civil-militares na América Latina é que se organiza dentro da Igreja Católica o movimento da Teologia da Libertação.

Durante a ditadura civil-militar do Brasil, que durou 21 anos, de 1964 a 1985, a Igreja Católica apresentou uma postura dualista, pois o lado conservador apoiou a ditadura abertamente, enquanto o lado progressista era contra e promovia a resistência política. Nessa direção, havia uma divisão na Igreja no tocante aos posicionamentos sobre a ditadura. Salientando também que a composição da Igreja Católica no que compreende seu corpo de fiéis leigos até os padres, bispos e papas é composta de uma forma heterogênea, essas diferenças são manifestadas no modo de agir, compreender o evangelho e realizar ações pastorais. Conforme nos aponta Geromel (2021)

Durante a ditadura militar no Brasil, essa complexidade tornou-se ainda mais latente, o que pode ser explicado pelo próprio momento em que se vivia, onde as mudanças políticas mergulhavam o país em um mar de incertezas e, junto a essas, algumas esperanças submergiam para que amplos setores pudessem se agarrar, avalizando a nova ordem. Assim, a Igreja Católica assumiu posicionamentos diversos e por vezes contraditórios com relação ao governo dos generais. Se, inicialmente, apoiou o golpe, sobretudo através da sua Conferência Episcopal – que emitiu um documento oficializando tal posição –, tornar-se-ia, anos mais tarde, a mais importante denunciante das arbitrariedades cometidas e defensora dos direitos humanos. (Geromel, 2021, p. 122)

A Igreja Católica foi minimamente atingida pela ditadura civil-militar entre 1964 e 1968, até que em 1969 começaram as perseguições diretas a membros da Igreja a partir da morte do padre Antônio Henrique Pereira Neto em Recife/PE. Esse padre era integrante da Juventude Universitária Católica, como também era auxiliar do então arcebispo Helder Câmara. Entende-se que sua morte foi uma maneira de atingir Dom Helder, uma vez que, esse se tornou um dos principais nomes da Igreja Católica contra a ditadura e a favor dos Direitos Humanos. A trajetória da TdL no Brasil foi marcada, dentre outros motivos, pela grande adesão de bispos nordestinos ao movimento sócio-teológico. (Cunha, 2008)

Em 1968, Dom Helder havia criado o Movimento Ação, Justiça e Paz - AJP. O movimento era pacífico e tinha a intenção de prestar apoio aos perseguidos pela ditadura, e logicamente isso incomodou o regime da época. Silva (2021) aponta que

Dom Helder estava atento para conscientizar o povo sobre a situação em que o Brasil se encontrava, havendo uma total violação aos direitos humanos. Para fazer as denúncias ele utilizou dos meios de comunicação e dos discursos nas celebrações das Missas. Ele abria os olhos dos cristãos por meio da palavra de Deus, utilizando a figura de Jesus Cristo como o libertador, mas também, elencava outros grandes personagens da história como Gandhi, que foi um grande ideólogo da Índia e tentou à

libertação por meio da ideologia da não-violência e respeito à pessoa humana. (Silva, 2021, p. 193)

Nessa direção, Dom Helder não só denunciava as torturas, como também fazia visita aos presos pela ditadura, se tornando testemunha ocular das violências sofridas. Em 1970 no palácio dos esportes em Paris, na França, Dom Helder denunciou abertamente as torturas. Os católicos conservadores juntamente com a elite conservadora utilizou todos os meios de comunicação para atacar Dom Helder. Segundo Silva (2021)

A ditadura civil-militar perseguiu os membros do Movimento Ação, Justiça e Paz, com o objetivo de atingir o arcebispo de Olinda e Recife. Com o Ato Institucional nº 5 em 1968 o Movimento teve um retraimento, porém nos anos seguintes a AJP continuou em expansão. (Silva, 2021, p. 197)

A promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968 evidenciou ainda mais a brutalidade da ditadura civil-militar ao fechar o Congresso Nacional, restringir liberdades individuais e suspender direitos políticos e civis. Dessa forma, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) assumiu uma postura mais crítica ao sistema frente ao contexto de crescente repressão e violência estatal. (Silva, 2021)

Nesse período, foram muitas as instituições e grupos sociais que lutaram contra a ditadura, pode-se citar: entidades estudantis como a União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimentos Operários, movimentos em prol dos direitos humanos, artistas e intelectuais progressistas, setores da Igreja Católica, liderados por bispos como Dom Helder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns, grupos armados, como a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), dentre outros movimentos sociais que somaram a resistência contra a ditadura.

Na obra “Batismo de Sangue” (2006), Frei Betto, um dos principais autores da TdL, conta sobre a história de frades dominicanos que foram presos e torturados por apoiarem a luta armada através das guerrilhas contra a ditadura. Na obra, é destacada a história de Frei Tito, que foi torturado durante 42 dias e incluído em 1970 na lista de presos políticos trocados por Giovanni Enrico Bucher, embaixador suíço sequestrado. Durante a ditadura civil-militar, os dominicanos apresentaram forte aptidão para enfrentar as violações aos direitos humanos, apoiar os perseguidos e participar dos movimentos de resistência, inclusive com aproximação ao Carlos Marighella, considerado o inimigo número um da ditadura. Nesse contexto, muitos dos dominicanos eram ligados à ALN, organização da esquerda política de extrema importância para o combate ao autoritarismo.

Nesse cenário de ditadura, a TdL ganha força no Brasil, pois era necessário que a Igreja se tornasse um mecanismo de defesa dos direitos humanos e da justiça social. O povo estava sofrendo e ela não poderia continuar inerte a essa realidade de violência, torturas e repressões. Em 1973, a CNBB através de treze bispos do nordeste emite o documento intitulado “Eu ouvi os clamores do meu povo” e o documento configura-se como uma verdadeira denúncia à ditadura, porque sua economia não era solidária com os pobres, especialmente com o povo nordestino. O documento critica também o chamado “milagre econômico”, alegando que não se pode haver desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social e concentração de renda. O documento mostra que

A concentração de renda tende, portanto, a aumentar mais e mais, e no seu curso fortalece a estrutura de classe e de poder que a faz possível. No processo de empobrecimento dos que são pobres para aumentar a fortuna dos ricos, a concentração da renda é a demonstração mais clara da opressão e da injustiça de que é capaz a estrutura de propriedade privada dos meios de produção, em que se fundamenta o atual sistema brasileiro. O Governo não só a tolera como a promove de todos os modos. (Bispos e Superiores do Nordeste, 1973, p. 19)

O documento apresenta aspectos ligados a TdL e conceitos marxistas. A Igreja reconhece sua longa jornada de omissão frente às atrocidades ao decorrer da história do Brasil, porém incentiva a coragem de se levantar e denunciar as opressões. Nesse mesmo período outros documentos de denúncia foram publicados, tais como:

No mesmo 6 de maio de 1973, no qual, no Nordeste, era lançado o documento “*Eu ouvi os clamores do meu Povo*”, no Centro-oeste, um grupo de bispos, liderados por Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga, lançou - “*Marginalização de um povo: grito das Igrejas*” (Goiânia, 6 maio de 1973). Meses depois foi a vez dos bispos e missionários do Extremo Oeste, com o seu “*Y Juca Pirama. O índio: aquele que deve morrer*” (25 dez. 1973). Todos contêm clara denúncia social e política da realidade brasileira e apontam pistas para uma pastoral profética. O documento do Nordeste foi o primeiro no qual bispos e religiosos, signatários do documento, não se dirigiam ao governo. Como pastores, comunicavam-se diretamente com o povo. (Barros, 2023)

Esse período foi marcado pela crescente influência da Teologia da Libertação e pelo compromisso com questões sociais e políticas. Boff (1996) defende que são quatro momentos fundamentais para entender a evolução da TdL, sendo: I- gestação e gênese, II- difusão e crescimento, III- a consolidação e IV- a revisão e novo impulso. O momento de gestação e gênese diz respeito ao Concílio Vaticano II e à conferência de Medellín, já destrinchados no primeiro tópico.

O segundo momento compreende o período da difusão e crescimento através da associação da TdL com outras teologias, como por exemplo a teologia feminista, teologia

negra e teologia indígena, que ganharam força nos anos 70. Nesse segundo momento, Boff (1996) destaca que

Na América Latina, nos últimos quinze anos, houve um processo ligado aos cristãos de base e à TdL que está elaborando e difundindo a Teologia feminista da Libertação. Começou-se a descobrir a mulher como sujeito histórico oprimido e discriminado, dominado pelo machismo, pela cultura patriarcal e também pelo colonialismo capitalista ocidental. (Boff, 1996, p. 66).

O machismo e o sexismo sempre estiveram presentes na igreja católica, o qual se manifesta de diversas formas, como por exemplo através da não ordenação sacerdotal e diaconal de mulheres. Dessa forma, o diálogo da TdL com a teologia feminista busca formas de acabar com o machismo e sexismo enraizados na igreja e trazer as mulheres para o centro das ações eclesiais, evidenciando sua importância para a construção de uma igreja e sociedade comprometidos com a justiça social sem exploração de gênero e espaços igualitários. “As relações entre a Teologia da Libertação e as Teologias Feministas constituem um capítulo à parte na história da elaboração teológica na América Latina e, em especial, no Brasil.” (Rosado, 2006).

A TdL preza pelo diálogo inter-religioso, defesa da emancipação humana e combate a todas as formas de opressão e preconceitos. A TdL busca não impor sua fé, de forma alguma, a outros povos, respeitando suas trajetórias. Nesse sentido, a TdL mantém o respeito a todas as crenças, fazendo a manutenção das diferenças que são essenciais para uma sociedade plural. Nessa direção, Boff (1996, p. 73) expõe que é indispensável “pedir perdão aos indígenas por todos os séculos de evangelização colonizadora e conquistadora”. Uma vez que, na história do Brasil, a Igreja Católica foi responsável pela catequização forçada dos indígenas, não respeitando suas crenças, culturas, saberes e línguas. A pluralidade de crenças é fundamental para a sociedade, pois a construção dessa não foi feita de forma harmônica, tendo herdado características de vários povos.

A Igreja também tem parte no genocídio indígena. O filósofo Enrique Dussel na obra “1492 - O encobrimento do outro” (1993) descreve a soberba europeia no cruel processo de colonização da América Latina, uma vez que, se considerando superiores, achavam-se na obrigação de colonizar outros povos. Para Dussel, é necessário que a América Latina passe por uma libertação e descolonização. Ao escrever sobre a Filosofia da Libertação em 1977, o filósofo expressa que

A filosofia da libertação pretende assim formular uma metafísica - que não é ontologia - exigida pela *práxis* revolucionária e pela *poiesis* tecnológica, a partir da formação social periférica que se estrutura em maneiras de produção complexamente

entrelaçadas. Por isso é necessário distinguir o ser de sua pretensa fundamentalidade eterna e divina; negar a religião fetichista; mostrar a ontologia como a ideologia das ideologias; desmascarar os funcionalismos, sejam estruturalistas, lógico-cientificistas ou matematizantes, que ao pretender que a razão não pode criticar dialeticamente o todo, afirma-o por mais analiticamente que critiquem ou operativizem suas partes; descrever o sentido da práxis de libertação que somente parcialmente vislumbraram os críticos pós-hegelianos de esquerda europeus e que somente a práxis dos atuais povos oprimidos da periferia, da mulher violada pela ideologia machista e do filho domesticado podem na realidade revelar-nos. (Dussel, 1977, p. 21)

Para a filosofia da libertação é necessário o reconhecimento do outro como ser humano e sujeito de direitos, promovendo uma transformação social como caminho para a libertação. A filosofia da libertação focaliza na práxis. A TdL dialoga diretamente com os princípios da filosofia da libertação. Dussel enfatiza que é necessário superar o eurocentrismo, sendo assim, torna-se possível dialogar com diversas culturas e amplificar a ideia de Direitos Humanos adaptando ao contexto e particularidades de cada país. Sendo assim,

A experiência originária da Filosofia da Libertação está em, de fato, descobrir a dominação e a negatividade que subsistem, nesse sentido, em vários tipos de relação social, para, então, assumir uma ética de responsabilização pelo outro. Isso se dá não apenas na relação do Europeu com o Africano, mas também na relação dinâmica centro-periferia, nas relações de gênero, cultura, raça ou etnia, religião, entre outras. O outro, nessa visão, é anterior a quaisquer dessas questões pelo simples fato deste se constituir como ser humano a quem devemos solidariedade - em uma ética de empatia com o próximo. A libertação ocorre, desse modo, pela transformação da sociedade. (Couto; Carrieri, 2018)

Nessa perspectiva, a TdL busca romper com a evangelização forçada e almeja práticas alinhadas ao processo decolonial. Dom Pedro Casaldáliga (1928-2020), praticante da Teologia da Libertação, afirmava que era necessário haver uma “desvangelização” dos povos indígenas. E isso se expande também para os demais povos oprimidos. (Casaldáliga, 1971)

Boff (1996) fala da importância da TdL no combate ao racismo, tendo em vista os longos anos de escravização no Brasil e que acarretam em preconceito, segregação e situações de risco e vulnerabilidade social até hoje para a população negra do país. Segundo Boff (1996, p. 75) os teólogos da libertação fazem “a opção pelo grito do negro, empobrecido e desprezado, arrancado à força das terras da África há quase quinhentos anos e presentes nas comunidades afro-americanas da América Latina e do Caribe.”

O terceiro momento da TdL compreende as discussões já trazidas com a conferência de Puebla, em que existe a consolidação das ideias da TdL. E o último momento refere-se à revisão e ao novo impulso da TdL, e nesse momento a TdL volta-se muito à preocupação com

as questões ecológicas, enfatizando a urgência do cuidado com o planeta terra. Conforme Noronha (2012)

A Teologia da Libertação nessa fase mostra que é necessário ser solidário com o pobre, mas sobretudo com a natureza e o planeta Terra porque se nada for feito mais cedo ou mais se tornará impossível a vida. Precisamos cuidar do planeta Terra pois ele é o nosso único lar. (Noronha, 2012, p. 189)

A partir dos anos de 1980, uma forte perseguição direta começa dentro da Igreja contra a TdL. Em 1978 faleceu misteriosamente o papa João Paulo I, que teve um dos pontificados mais curtos da história, durando apenas 33 dias. João Paulo I pertencia a uma família pobre e seu pai era operário socialista. O então papa apresentava um discurso acolhedor para com os pobres e defendia a modernização da Igreja. Sua morte continua sendo um mistério, pois nunca foi realizada uma necropsia do seu corpo. (Yallop, 1984)

O papa João Paulo I era extremamente criticado pela ala conservadora da igreja, principalmente pelo seu posicionamento em dizer que Deus era mais mãe do que pai, desconstruindo a figura paterna masculina sobre deus e o identificando também como uma mulher. Ao morrer enigmáticamente, assumiu em seu lugar um rigoroso defensor do neoliberalismo e discurso contra Estado Social e comunismo. (Yallop, 1984)

Em 16 de outubro de 1978, João Paulo II é eleito o novo papa, e um dos marcos do seu pontificado é a perseguição a TdL. O movimento conservador católico ganha força com seu papado. E o auge da sua tentativa de acabar com a TdL é o ato de suprimir Leonardo Boff em 1985. Segundo Löwy (2016), as intervenções de João Paulo II configuram-se como um importante desafio para a TdL.

O desafio mais importante para o Cristianismo da Libertação foi a ofensiva neoconservadora de Roma, isto é, João Paulo II, na América Latina. Não há dúvida de que essa ofensiva é parte de um processo universal de “restauração” na Igreja Católica, que conduz a uma centralização cada vez mais autoritária do poder, à marginalização ou exclusão de dissidentes e a uma ênfase doutrinal na tradição – sobretudo na área de moralidade sexual: divórcio, preservativos, abortos. (Löwy, 2016, p. 208)

Em 1981, Boff publicou o livro “Igreja, carisma e poder”, e o livro é uma crítica direta à Igreja Católica. Na obra citada, Boff reclama sobre hierarquia da igreja, a inquisição e todas as atrocidades cometidas por ela, denuncia também seu abuso de poder e intolerância. Nessa época, Boff ainda era padre e portanto, como parte do clero, seus escritos foram considerados um insulto ao papa e a Igreja. Sendo assim, em 1984 ele foi condenado a um ano de silêncio

obsequioso, perdendo sua cátedra e suas funções editoriais, sendo pessoalmente suprimido por João Paulo II. Em 1992, diante da ameaça de novas repreensões, Boff decidiu sair da vida sacerdotal. (Löwy, 2010)

Sobre tal acontecimento, Löwy (2010) coloca que representa uma “reviravolta na história da Teologia da Libertação: pela primeira vez desde a reforma protestante, um sacerdote católico coloca em xeque, de maneira direta, a autoridade hierárquica da Igreja.” Os setores mais conservadores da Igreja Católica logo espalharam a falsa notícia de que Boff teria sido excomungado, porém ele nunca foi expulso e continua até os dias atuais se identificando como teólogo católico. Em uma declaração dada em 2018 através do Twitter (atual X), Boff afirmou que

Nunca fui excomungado ou expulso da Igreja. Ganhei um "silêncio obsequioso" por causa do livro: IGREJA: CARISMA E PODER, depois suprimido pessoalmente pelo Papa João Paulo II. Voltei ao estado leigo com todas as permissões. Não sou mais padre, sou leigo, faço ainda teologia. (Boff, 2018)

A decisão de Boff em abandonar o sacerdócio diante da ameaça de novas repreensões, simboliza uma reviravolta importante na Teologia da Libertação. Esse episódio não só revela as tensões internas da Igreja Católica durante o final do século XX, mas também destaca a persistência dos teólogos e teólogas da libertação em seu compromisso com a justiça social e a reforma da Igreja.

2.3 - Teologia da Libertação, Paulo Freire e Movimentos Sociais

Dando continuidade no que concerne a TdL no Brasil, faz-se mais do que necessário expressar sobre as contribuições de Paulo Freire para a TdL. Freire é considerado o patrono da educação brasileira desde 2012. A temática da libertação é presente em diversas obras de Freire. Segundo Oliveira (2021), “a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, foi escrito em 1968, período em que a Teologia da Libertação germinava no chão latino-americano, e no mesmo ano em que aconteceu a Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín.” Nesse período sócio-histórico, marcado pela pobreza extrema e por regimes ditatoriais predominantes em vários países latino-americanos, a libertação raia como uma ferramenta essencial para infringir o sistema opressor.

Freire atuou no Conselho Mundial das Igrejas (1970), e o mesmo afirmou que “há uma indiscutível relação entre mim e a Teologia da Libertação” (Freire; Guimarães, 2011).

Acordante com Andreola e Ribeiro (2005, p. 109), “a ida de Freire para o Conselho Mundial de Igrejas foi uma opção radical e histórica”. Ao atuar como Consultor Especial no departamento de Educação do Conselho Mundial das Igrejas, Freire cumpriu um papel significativo na disseminação de suas ideias pedagógicas pelo mundo.

De acordo com Freire (2000) “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Freire sempre viu a educação como um caminho para a verdadeira emancipação humana, possibilitando que a população tomasse o protagonismo de seu próprio destino. Paulo Freire faz um paralelo entre os conceitos de libertação e humanização, destacando que ambos estão conectados no que tange o combate às desigualdades socioeconômicas. A libertação, em vista disso, é o processo pelo qual as classes oprimidas se conscientizam de sua condição e se empenham ativamente para a transformação da realidade social. (Oliveira, 2021)

A TdL no Brasil também contribuiu para o fortalecimento de diversos movimentos sociais. Gohn (2002) define que “movimentos sociais são ações sociopolíticas coletivas construídas por atores sociais coletivos, pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política.” Essa definição se aplica perfeitamente ao contexto de lutas de classes brasileiro, no qual a TdL tem sido uma aliada importantíssima na articulação desses movimentos.

Na obra “História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros” de 1995, Gohn traça um cenário entre alguns movimentos sociais e a TdL no Brasil. Como por exemplo: o Movimento do Custo de Vida, “um dos principais movimentos populares dos anos 70 [...] surgiu ligado às ações da Igreja Católica, em sua ala da Teologia da Libertação” (Gohn, 1995, p. 111). Os movimentos pela redemocratização do país e anistia também contaram com o apoio dos grupos ligados à Teologia da Libertação. Importante destacar também o Movimento pela Educação Básica, de acordo com Löwy (2016)

Nos primeiros anos da década de 1960, militantes católicos, com o apoio da Igreja, formaram o Movimento pela Educação Básica (MEB), a primeira tentativa católica de criar uma prática pastoral radical entre as classes populares. Tendo como base a pedagogia de Paulo Freire, o MEB tinha como objetivo não só alfabetizar os pobres, mas também conscientizá-los e ajudá-los a se tornarem agentes de sua própria história. Em 1962, os militantes da JUC e do MEB criaram a Ação Popular (AP), movimento político não-confessional dedicado à luta pelo socialismo e ao uso do método marxista. A Esquerda Católica Brasileira da década de 1960 foi a verdadeira precursora do Cristianismo da Libertação. (Löwy, 2016, p. 147)

Ainda no que tange aos movimentos sociais e TdL, de acordo com Gohn (1995), o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST e o Movimento dos atingidos pelas Barragens contaram desde a criação com o apoio da Comissão Pastoral da Terra - CPT, órgão da CNBB. Para Löwy (2016, p. 225) “um dos melhores exemplos do impacto social do Cristianismo da Libertação é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, um dos mais importantes movimentos sociais da América Latina.” Cabe lembrar, nesse contexto, de Dorothy Mae Stang, missionária católica da CPT e defensora dos direitos dos sem-terra, que implementou o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança.

Infelizmente, sua atuação incomodou fazendeiros locais, levando ao seu assassinato em Anapu/PA em 12 de fevereiro de 2005. Conforme expressou o MST, “Irmã Dorothy tornou-se um dos maiores símbolos de resistência para o Movimento Sem Terra, que desde suas origens preza assiduamente pela proteção de todos os recursos naturais e formas de vida”. (MST, 2021)

Löwy (2016) mostra que

A Igreja brasileira é um caso único na América Latina, na medida em que é a única Igreja no continente sobre a qual a Teologia da Libertação e seus seguidores das pastorais conseguiram exercer uma influência decisiva. A importância desse fato é evidente, se considerarmos que a Igreja brasileira é a maior Igreja católica do mundo. Além disso, os novos movimentos populares brasileiros – a radical confederação de sindicatos (CUT), o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), as associações de moradores das áreas pobres – e sua expressão política, o Partido dos Trabalhadores (PT), são até certo ponto produto da atividade comunitária de cristãos dedicados, agentes leigos das pastorais e comunidades também cristãs. (Löwy, 2016, p. 143)

Importante destacar também que na fundação da Central Única dos Trabalhadores - CUT e no Partido dos Trabalhadores - PT, a participação de pessoas associadas à Teologia da Libertação foi bastante significativa. Conforme Moreira (2012, p. 44), “no processo de fundação do PT uma das alas mais ativas e influentes foi a esquerda católica ligada à teologia da libertação, comumente apelidada de ala dos igrejeiros”. Também de acordo com Faria, Carloni e Lima (2015)

As CEBs foram uma das forças centrais na construção do Partido dos Trabalhadores. Segundo o historiador Werneck Vianna, o trabalho da esquerda católica foi uma das forças sociais que constituíram o partido de massas. (Faria; Carloni; Lima, 2015, p.2)

Com o fim da ditadura civil-militar no Brasil, o processo de redemocratização do país nos anos 80 marcou um cenário de significativa transformação política e social. Nos anos 1980, a reorganização popular da sociedade brasileira foi notável. Movimentos sociais

emergiram com força, mobilizando-se por direitos civis, reformas agrárias, melhores condições de trabalho e ampliação da cidadania. Menezes (2007) alerta para o surgimento de diversos movimentos sociais nesse período, segundo o autor:

No Brasil, com o processo de redemocratização ao fim dos anos 1970, as ideias e práticas vinculadas à Teologia da Libertação tiveram forte influência nos movimentos sociais e de trabalhadores. Os anos 1980 foram marcados pela reorganização popular da sociedade brasileira e a entrada em cena de novos personagens. Na reorganização partidária, o PT, institucionalizado em 1980, apresentou-se como a grande novidade, tendo por base sindicalistas, intelectuais, militantes das esquerdas não vinculadas aos partidos comunistas e religiosos ligados à Teologia da Libertação. Essa composição praticamente irá se reproduzir na criação da CUT. Porém, além da vida institucional partidária e sindical, foram muitos os movimentos sociais que surgiram no período: associações de moradores, de usuários de transporte coletivo, movimento ecológico, de mulheres, de negros, lutas pela terra, contra a carestia e pelos direitos do consumidor, além de um grande número de outros movimentos sociais. (Menezes, 2007, p. 334)

Para além das esferas partidária e sindical, a década de 1980 corroborou para o surgimento de uma abundância de movimentos sociais que refletiam a diversidade e a complexidade das demandas populares. Esses movimentos apresentaram uma grande responsabilidade na construção de uma sociedade civil mais ativa e participativa. Eles contribuíram para a democratização do espaço público e para a ampliação do debate sobre questões sociais, econômicas e ambientais, cooperando para uma cultura política mais inclusiva e com participação social no Brasil pós-ditadura militar. (Calado, 1996)

É considerável destacar ainda no cenário brasileiro contemporâneo a Lei nº 10.295, de 13 de março 2024 que altera o anexo da lei nº 5.645, de 06 de janeiro de 2010, e oficializa no estado do Rio de Janeiro o dia 14 de dezembro como o dia estadual da Teologia da Libertação. A lei é fruto do Projeto de Lei nº 934-A/2023 e tem como autores os deputados e deputadas: Verônica Lima (PT), Marina do MST (PT), Carlos Minc (PSB) e Prof. Josemar (PSOL). O artigo 2º da lei apresenta que

O Dia Estadual da Teologia da Libertação tem a finalidade de promover e celebrar o resgate da memória daqueles que lutaram pela reaproximação da fé cristã aos seus ideais fundantes de justiça social. (Brasil, 2024)

A oficialização do Dia Estadual da Teologia da Libertação no Rio de Janeiro representa um reconhecimento formal da importância deste movimento teológico na história do país e, mais amplamente, no contexto latino-americano. Esse dia serve para promover a reflexão sobre os princípios e valores da Teologia da Libertação, destacando sua importância

na luta por justiça social, direitos humanos e dignidade dos mais vulneráveis. O projeto de lei apresenta a seguinte justificativa:

A Teologia da Libertação é um movimento espiritualista e religioso que tem como objetivo o resgate dos ensinamentos de Jesus Cristo como o libertador de injustas condições sociais, políticas e econômicas. A ideia de abordar as grandes questões e problemas globais a partir de uma perspectiva cristã ganhou muitos adeptos, penetrando no imaginário popular e refletindo nos debates sobre a superação das condições de pobreza e subdesenvolvimento, principalmente no continente latino-americano. Ainda que o movimento possua raízes anteriores, admite-se o ano de 1971 como seu marco inicial, dado por meio do livro “A Teologia da Libertação”, escrito pelo teólogo peruano Gustavo Gutierrez. Não tardou para que os escritos do padre peruano se tornassem conhecidos em toda América Latina e reunisse em torno de si teólogos de renome, como Jon Sobrino, Leônida Proaño, Juan Luís Segundo, Leonardo Boff, Frei Betto, além de bispos e cardeais como Dom Pedro Casaldáliga, Dom Waldir Calheiros, Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Aloísio Lorscheider, entre outros. A inserção do dia 14 de Dezembro como o Dia Estadual da Teologia da Libertação no calendário fluminense se faz em razão de ser essa a data de aniversário de Leonardo Boff. Tendo dedicado sua vida à promoção da fé cristã e à elaboração de uma análise crítica da realidade social, o comprometimento de Boff com a luta por direitos o credencia como um dos símbolos dessa tradição do engajamento sócio-ecclesial brasileiro. (Brasil, 2023)

Deste modo, a TdL enquanto movimento religioso e social promove uma leitura crítica e comprometida do evangelho, enfatizando a defesa dos direitos humanos e a justiça social. A influência da TdL no contexto brasileiro se estendeu além da ditadura civil-militar, contribuindo para a formação de diversos movimentos sociais e pastorais religiosas, destacando a importância da luta pelos direitos dos mais pobres.

A Teologia da Libertação desempenhou um papel fundamental no contexto político e social da América Latina entre os anos 1960 e 1980, especialmente no Brasil, ao influenciar diretamente a formação de movimentos sociais que de modo geral lutam por melhores condições de vida e direitos. Nos anos 60, começa o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Sabendo que o Serviço Social brasileiro surgiu através da Igreja Católica, seria possível que, em algum momento, a TdL tenha se encontrado com o Serviço Social brasileiro e o influenciado de alguma forma? Sendo assim, o capítulo II deste trabalho abordará o encontro da TdL com o Serviço Social e suas possíveis incidências com base na literatura existente.

Capítulo II - O encontro entre Teologia da Libertação e Serviço Social

A convergência entre o Serviço Social e a Igreja Católica é histórica. Na década de 1930, em um contexto de agudização das expressões da “Questão Social³”, a classe dominante convocou a Igreja para atuar nesse cenário. A crescente preocupação com as questões sociais e as demandas levantadas pelos trabalhadores face à situação de pobreza mobilizou a elite econômica, o Estado e a Igreja, que se viu pressionada pela burguesia a responder aos desafios colocados pela urbanização e industrialização, bem como pelas crescentes desigualdades sociais decorrentes do modo de produção capitalista. Com a Revolução Industrial, as mazelas do capital foram intensificadas pelo processo de industrialização.

No início do século XX, o Brasil baseava sua economia no modelo agrário-exportador, porém começa a assumir o modelo urbano-industrial, no decorrer do governo de Getúlio Vargas. Durante esse período, observa-se um crescimento da população urbana como consequência da vinda de pessoas do campo para as cidades em busca de melhores alternativas de trabalho. Com a transição do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial e a consolidação do capitalismo monopolista, houve um agravamento da “Questão Social”. (Netto, 2001)

Diversas escolas católicas de Serviço Social foram criadas pelo mundo com o objetivo de profissionalizar o laicato⁴ feminino para atuar na minimização das desigualdades sociais através de práticas caritativas, longe de questionar a realidade social. A Igreja Católica praticava a caridade de acordo com os padrões estabelecidos pela burguesia, buscando manter seu poder utilizando os ensinamentos de São Tomás de Aquino e de outras filosofias. (Iamamoto e Carvalho, 2014)

No Brasil, a primeira escola de Serviço Social foi criada em 1936 em São Paulo e logo outras se espalharam pelo país. Sendo assim, devido à sua origem associada à igreja católica, pode-se dizer que as bases do Serviço Social são conservadoras embasadas na doutrina social da Igreja, adotando como referência para seu ensino e prática profissional o modelo europeu, especificamente o franco-belga.

A predominância desse modelo na profissão se manteve desde o início até por volta de 1947, quando os assistentes sociais começaram a adotar de maneira predominante o modelo norte-americano. Na década de 1940, o Serviço Social brasileiro recebe influência

³ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (Iamamoto e Carvalho, 1983, p. 77)

⁴ Laicato refere-se ao conjunto de fiéis que compõe a Igreja Católica, ou seja, aqueles que não pertencem ao clero (padres, bispos, etc.) nem a ordens religiosas (monges, frades e freiras).

norte-americana através das técnicas de Caso, Grupo e Comunidade que se estenderá até a década de 1960. E também bebe do positivismo de Comte.

O positivismo de Comte defende que a sociedade é dirigida por leis naturais, imutáveis e independentes da vontade e ações humanas. Sendo assim, as leis que guiam a vida social, econômica e política são da mesma forma que as leis naturais (Brandão, 2006). Ao chegar nos anos 60, o Serviço Social almeja romper com essa herança conservadora positivista/funcionalista/neotomista e começa a procurar novas teorias para embasar suas práticas e referenciais teóricos, ainda que de forma gradual e com vertentes inicialmente conservadoras, é o então início do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. (Iamamoto e Carvalho, 2014)

De acordo com Netto (2005) entende-se por reconceituação “o conjunto de características novas, que no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições.” O autor ainda apresenta três perspectivas características do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, são elas: a modernização conservadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura, que serão melhor explicadas no tópico sobre as possíveis influências da Teologia da Libertação na Reconceituação do Serviço Social brasileiro.

O Serviço Social e a Igreja Católica sempre tiveram uma relação de proximidade desde as bases conservadoras do início da profissão, até quando começa o processo de reconceituação. Portanto, será investigado se a Teologia da Libertação, enquanto movimento progressista originado na Igreja Católica de grande repercussão e importância para a Igreja e a sociedade no século XX, influenciou o Serviço Social de alguma forma. Sendo assim, compreende-se a Teologia da Libertação como um “instrumento intelectual que incentivou milhares de cristãos em lutas pela cidadania na América Latina e no Brasil” (Rangell, 2012, p. 1).

Nesse sentido, é importante salientar que o Serviço Social na atualidade defende o Estado Laico e práticas profissionais sem intervenção de qualquer viés religioso. Conforme manifestação do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS em 2016, destaca-se que

O Estado Laico é parte das conquistas históricas no campo dos direitos. Representa a afirmação de uma cidadania não tutelada, baseada em direitos, ainda que nos limites burgueses, frente aos quais é inaceitável a intervenção do Estado sobre a liberdade de crença religiosa e igualmente inaceitável qualquer intervenção do Estado fundada em convicções religiosas sobre qualquer aspecto da vida social e da vida privada [...] Em tempos de conservadorismo e atitudes retrógradas, trazer o debate e a defesa do Estado Laico é reafirmar o Projeto ético-político do Serviço Social e a luta de assistentes sociais pela democracia, pela liberdade e por direitos. (CFESS, 2016)

A seguir serão abordados visando uma melhor compreensão do tema: a Institucionalização do Serviço Social Brasileiro e suas bases teórico-filosóficas, as possíveis influências da Teologia da Libertação na Reconceituação do Serviço Social brasileiro e por fim as contribuições da Teologia da Libertação para a dimensão ético-política do Serviço Social. Como também, nesse segundo e último capítulo, apresentaremos os resultados referente a pesquisa sobre a Teologia da Libertação e o Serviço Social. Considerando a revisão de literatura feita a partir de plataformas on-line de pesquisa de livros, artigos, monografias, dissertações e teses.

3.1 - A Institucionalização do Serviço Social Brasileiro e suas bases teórico-filosóficas

No Brasil, o Serviço Social surge na década de 1930 como um departamento especializado da Ação Católica, fundamentado na doutrina social da Igreja. Conforme amplamente estudado por Iamamoto e Carvalho (2014) o Serviço Social brasileiro surge intimamente vinculado às iniciativas da Igreja Católica, como parte das estratégias de qualificação do laicato, especialmente sua parcela feminina. A influência da Igreja Católica no processo de institucionalização inicial do Serviço Social foi o que definiu os rumos da profissão e estabeleceu um legado que perdurou ao longo das décadas.

O Serviço Social brasileiro recebe influência do Serviço Social da França e da Bélgica, que por sua vez, eram conservadores e de bases majoritariamente católicas. Segundo Iamamoto (2017, p. 23) “registram-se, nas origens da profissão, fortes influências do Serviço Social francês e belga.” Por longos anos, o Serviço Social apresentava direção doutrinária e política com base nas encíclicas papais como a Rerum Novarum de 1891 e a Quadragesimo anno de 1931. A Rerum Novarum do Papa Leão XIII, foi emitida como uma reação ao crescimento do liberalismo e do capitalismo monopolista na Europa, em resposta aos desdobramentos da Revolução Industrial e ao Manifesto Comunista de 1848.

Essa encíclica considerava o socialismo um mal, pois segundo o papa, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem e a intervenção do Estado na “Questão Social” deveria ser por meio da concordância de classes e não luta de classes. De acordo com Yazbek (2009)

No que se refere à Doutrina Social da Igreja merecem destaque nesse contexto as encíclicas “Rerum Novarum” do Papa Leão XIII de 1891, que vai iniciar o magistério social da Igreja no contexto de busca de restauração de seu papel

social sociedade moderna e a “Quadragesimo Anno” de Pio XI de 1931 que, comemorando 40 anos da “Rerum Novarum” vai tratar da questão social, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja. (Yazbek, 2009, p. 4)

A encíclica Quadragesimo anno (1931) do Papa Pio XI afirmava que julgar as questões sociais e econômicas era dever e direito da Igreja Católica através da sua suprema autoridade. Foi lançada no contexto da Revolução Russa, Primeira Guerra Mundial e em meio a crise de 1929 com a quebra da bolsa de valores de New York. Nesse sentido, apresentava a Doutrina Social da Igreja como uma solução para o enfrentamento parcial da questão social. Permanece ancorada no conceito de justiça baseado nos princípios Tomistas. A igreja se colocava como uma terceira via de solução perante o capitalismo desenfreado e o socialismo.

O Serviço Social franco-belga era fundamentado em uma filosofia tomista e neotomista. O tomismo é a corrente filosófica fundamentada como o próprio nome já sugere nos ensinamentos de São Tomás de Aquino, que busca harmonizar as ideias de Aristóteles com o cristianismo. O neotomismo, por sua vez, é um movimento que revigora a filosofia tomista, recuperando as ideias do santo católico, principalmente sob a influência do Papa Leão XIII.

O Tomismo expressava que a autoridade do Estado deriva de Deus, que é representado pela Igreja, portanto, o Estado deveria ser subordinado à Igreja. Nesse sentido, era considerado que a mudança social deveria ser pautada pela Igreja, pois não cabe aos homens decidir mudar a sociedade. Seguindo essa filosofia, o Serviço Social não questionava a ordem vigente. Para Yazbek (2009)

É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à "questão social". (Yazbek, 2009, p. 4)

O processo de institucionalização do Serviço Social brasileiro foi vinculado à Igreja Católica através do surgimento das primeiras escolas de Serviço Social que não eram laicas e plurais, sendo as bases teórico-filosóficas do Serviço Social com um caráter religioso, positivista e acrítico. De acordo com Garcez (2021) “as primeiras escolas de Serviço Social eram, então, vinculadas à Igreja Católica e eram norteadas pelos postulados neotomistas”. O caráter religioso dessas escolas limitava a capacidade de desenvolver uma intervenção profissional crítica e eficaz, uma vez que, o objetivo era a manutenção da ordem existente.

Quadro 01 - As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil

1936	Escola de Serviço Social de São Paulo
1937	Escola de Serviço Social do Instituto de Educação Familiar e Social do Rio de Janeiro
1940	Instituto de Serviço Social de São Paulo Escola de Serviço Social de Pernambuco, a primeira do Nordeste
1944	Escola de Serviço Social da Bahia
1945	Escola de Serviço Social do Paraná Escola de Serviço Social de Porto Alegre

Fonte: GARCEZ (2021).

Por conseguinte, o Serviço Social, em seus primeiros anos de institucionalização, foi caracterizado por uma perspectiva que, embora importante para a organização inicial da profissão, não questionava as relações sociais de maneira radical. A influência da Igreja e das correntes teórico-filosóficas predominantes contribuiu para uma formação profissional que era defensora das estruturas sociais capitalistas estabelecidas e apresentava soluções paliativas. Brandão (2006) argumenta que

O que impedia uma visão crítica acerca da questão social, neste período, entre outros elementos, eram os aportes teóricos que o Serviço Social utilizava para explicar a realidade social, a saber, os fundamentos filosóficos da Doutrina Social da Igreja (Neotomismo), os conteúdos ideológicos (pensamento conservador) e a perspectiva analítica então hegemônicas nas Ciências Sociais (Positivismo). A profissão aceitava sem nenhum questionamento a base de legitimidade e o significado de sua função social atribuídos pelo Estado e pelo empresariado. (Brandão, 2006 p. 60)

Brandão (2006, p. 60) coloca que no Serviço Social “as propostas brasileiras de trabalho foram permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista”. O positivismo incidiu na forma como o Serviço Social entendeu inicialmente nas expressões da questão social, priorizando uma perspectiva que enfatizava a ordem em vez de promover mudanças radicais. Nesse contexto de influência dos Estados Unidos no Serviço Social brasileiro destaca-se a figura de Mary Richmond (1861-1928) que trouxe uma metodologia tecnicista para as intervenções do Serviço Social. De acordo com Yamamoto (2017)

Condizente com a crescente influência dos Estados Unidos no cenário mundial no segundo pós-guerra, no contexto da Guerra Fria, o Serviço Social é receptivo à influência norte-americana, fundada na teoria sistêmica e no funcionalismo, expressa

nas formulações do Serviço Social de caso, de grupo e no desenvolvimento de comunidade (Iamamoto, 2017, p. 25)

Percebe-se que no início da profissão, o Serviço Social andava de mãos dadas com a Igreja Católica, mesmo tendo também recebido influência do Serviço Social norte-americano que vinha de uma sociedade que no quesito religioso é majoritariamente protestante. Porém, nesse período de gênese do Serviço Social, a influência da Igreja era totalmente conservadora, não se vê traços de um catolicismo alinhado ao progressismo ou marxismo como é o caso da Teologia da Libertação. Até que, a partir de 1960, começa o Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

Com o passar dos anos, o Serviço Social brasileiro foi se tornando laico e plural, distanciando-se gradualmente de suas raízes exclusivamente religiosas e de teorias filosóficas positivistas conservadoras. No entanto, a influência da Igreja Católica na formação do Serviço Social deixou um legado duradouro. O Brasil passou por uma série de mudanças no âmbito político, econômico e social na década de 1960, mudanças provenientes do início do novo regime de ditadura civil-militar no país. Nesse contexto sócio-histórico, emerge a Reconceituação do Serviço Social e também a Teologia da Libertação ganha força na Igreja. A seguir serão explicadas as possíveis influências da Teologia da Libertação na Reconceituação do Serviço Social.

3.2 - As possíveis influências da Teologia da Libertação para a Reconceituação do Serviço Social brasileiro

Os anos 60 marcam o início do processo de Reconceituação do Serviço Social nos países da América Latina, porém, neste trabalho, focaremos na reconceituação do Serviço Social a nível de Brasil. O contexto sócio-histórico do Brasil nessa época era bastante contraditório. Em 31 de março de 1964, um golpe militar deu início a uma ditadura civil-militar que duraria 21 anos. A ditadura instaurou um governo autoritário, suprimindo liberdades civis, censurando a imprensa e perseguindo opositores políticos. No livro “Serviço Social, memórias e resistências contra a ditadura” publicado pelo Conselho Federal de Serviço Social em 2017, são trazidos vários depoimentos de Assistentes Sociais que foram perseguidos, presos e torturados pelos agentes da ditadura.

Na parte do livro em que Marilda Iamamoto, uma das grandes professoras e pesquisadoras do Serviço Social, com inúmeras produções científicas que enriqueceram significativamente o arcabouço teórico-metodológico da profissão, há um depoimento no qual

ela relata a prisão e tortura sofridas após encontrarem um livro marxista em sua casa. Nesse contexto, ela também expressa, conforme a citação a seguir:

Eu participei da Igreja Católica, por meio da Ação Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Universitária Católica [...] Havia uma aproximação à Ação Popular, posteriormente Ação Popular Marxista Leninista, que vem também da esquerda católica, então, nesse campo aí que eu me situei. [...] A nossa geração foi uma geração que se beneficiou amplamente da emergência da cultura dos anos 1960. A ditadura foi incapaz de abafar a cultura [...]. Então, eu acho que foi uma geração muito privilegiada, porque viveu a política. Uma presença muito forte em pensar a sociedade brasileira, em decifrar essa sociedade. Eu me lembro de que, no curso de Serviço Social, nós fazíamos o grande debate da esquerda daquele momento, que era rever os clássicos da revolução brasileira, que é o Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Moisés Vinhas e outros, naquela grande polêmica: como explicar a revolução brasileira. O país é um país feudal? Um país capitalista? Isso era a base que sustentava a luta entre as estratégias políticas, dentro das organizações de esquerda, com propostas possíveis de encaminhamento para a luta política. (CFESS, 2017, p. 76 e 77)

A ditadura civil-militar buscou suprimir qualquer forma de pensamento crítico que pudesse desafiar o regime. No entanto, mesmo diante de uma repressão brutal, muitos assistentes sociais, como Marilda Yamamoto, não apenas resistiram, mas também contribuíram para o desenvolvimento de uma consciência crítica que influenciou profundamente o Serviço Social brasileiro. Muitos depoimentos do livro revelam como o contexto da época, marcado pelas revoluções sociais dos anos 1960, proporcionou uma oportunidade única para a geração do Serviço Social se engajar com as questões sócio-políticas do país.

Netto (2002) destaca que no período de Reconceituação do Serviço Social aconteceu um ecletismo teórico, como também uma série de elaborações de reconceitualização da América Latina. A posterior renovação do Serviço Social brasileiro nos anos 70 e o movimento de Reconceituação da América Latina se entrelaçam. O Serviço Social começa a se distanciar do modelo tradicional, que era baseado na doutrina social da Igreja, com práticas assistencialistas, filantrópicas e caritativas. Era necessário novas bases teóricas e práticas profissionais para melhor combater as expressões da “Questão Social”, uma vez que, o modelo tradicional já não era compatível com a dinâmica social que enfrentava mudanças sociopolíticas na década de 60. Conforme Yamamoto e Santos (2022), entende-se que a Teologia da Libertação influenciou fortemente o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, em conformidade com a citação a seguir:

A partir de 1969, verificam-se as primeiras aproximações do Serviço Social à rica e diversificada tradição marxista [...] e ao diálogo com outras vertentes teóricas e doutrinárias. Registra-se forte influência da Teologia de Libertação da Igreja Católica, de propostas do educador brasileiro Paulo Freire, e de uma sociologia enraizada na

história da América Latina, com destaque a elaboração da “Teoria da Dependência” (Iamamoto e Santos, 2022, p. 10)

Barroco (2010, p. 100) aponta que a década de 60 é considerada uma época revolucionária. Este período foi caracterizado por uma reavaliação crítica das abordagens tradicionais, que buscava afastar-se do conservadorismo e almejava novas formas de intervenção social alinhadas com a teoria crítica da realidade social. Tanto a Igreja como o Serviço Social nas décadas de 60 e 70 discutiam acerca da liberdade como projeto político, coletivo como também o processo de liberdade individual. O Brasil vivia sob a égide da ditadura civil-militar, na qual as liberdades e os direitos eram violados constantemente.

De acordo com Iamamoto (2019), o Movimento de Reconceituação na América Latina foi motivado pela “efervescência de lutas sociais — em particular a experiência cubana de 1959 —, que se refratam na universidade, nas ciências sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, no teatro, no Cinema Novo e na arte em geral.” Sendo assim, o Serviço Social passa a focar na análise das causas estruturais das desigualdades e na promoção de políticas e práticas que visem à transformação social e a viabilização de direitos garantidos pelo Estado. A Teologia da Libertação também surge nesse período e é influenciada pelas lutas sociais. A reconceituação do Serviço Social e a Teologia da Libertação ascendem em épocas muito semelhantes. Barroco (2010) define a TdL como

a corrente progressista que posiciona-se politicamente em face da "questão social" e da alienação; deste modo, a abstrata referência à pessoa humana adquire concretude histórica através do vínculo com as classes populares, concebidas em sua condição de explorados, alienados, oprimidos. (Barroco, 2010, p. 137)

A TdL, segundo Barroco, não se limita a uma abordagem abstrata da pessoa humana, porém busca concretizá-la historicamente através de uma ligação direta com as classes mais pobres, reconhecendo-as em sua condição de exploradas, alienadas e oprimidas. Ao reconhecer as classes populares como exploradas e oprimidas, a TdL assume uma postura crítica em relação ao sistema capitalista. Este reconhecimento é de extrema importância para a formação de uma consciência crítica e para a mobilização em prol da emancipação humana.

Iamamoto (2019) coloca que durante o I Seminário de Serviço Social realizado em 1965 em Porto Alegre (RS), uma parcela do Serviço Social não via mais sentido em importar parâmetros profissionais, tendo em vista vez que, a realidade social da América Latina era diferente, em um período marcado pela “vitória dos revolucionários da Sierra Maestra sobre Havana, das lutas estudantis de 1968, da abertura da Igreja Católica com o Concílio Ecumênico do papa João XXIII e da Teologia da Libertação” (Iamamoto, 2019, p. 443), era

necessária uma revisão teórico-metodológica para que o Serviço Social se adaptasse ao contexto socioeconômico da América Latina.

A renovação do Serviço Social brasileiro dialoga diretamente com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, que cria bases materiais, intelectuais e políticas para a sua renovação. Recusa-se o assistencialismo e a benemerência e questiona-se os fundamentos positivistas do Serviço Social de caso, grupo e comunidade norte-americano (Iamamoto, 2019). O Movimento de Reconceituação na América Latina ocorreu majoritariamente por meio de projetos de extensão universitária, e segundo estudos de Iamamoto e Santos (2022), ocorreu nesse período um aprofundamento de temas, tais como:

(a) a crise do capital na América Latina e as relações de dependência perante os centros do poder mundial; (b) as ditaduras nos países latino-americanos e em Portugal e Espanha, assim como as lutas e os movimentos sociais que impulsionaram as suas crises; (c) a transversalidade da influência do pensamento do educador Paulo Freire e a forte repercussão da teologia da libertação nos vários países latino-americanos; (d) distintas vertentes da interpretação da tradição marxista que inspiraram o referido movimento; (e) a necessidade de qualificar as fronteiras dos movimentos contestatórios às bases conservadoras do Serviço Social latino-americano, iberoeuropeu e/ou norte-americano; (f) a importância de precisar a noção de crítica ante a diversidade de influências políticas e teóricas nesse movimento. (Iamamoto e Santos, 2022, p. 12)

Na citação, chama-se atenção para o que foi colocado em “(c)”. O Serviço Social começa a questionar seus compromissos éticos e políticos, vendo a necessidade de uma atualização. Nesse sentido, a Reconceituação do Serviço Social é influenciada por novas correntes teóricas e marca as primeiras aproximações do Serviço Social à diversificada tradição marxista. Para Iamamoto (2019)

Várias perspectivas críticas à ordem instituída passam a incidir no Serviço Social latino-americano: expressões políticas do marxismo na América Latina (Guevara, Fidel Castro, Camilo Torres, entre outros), a Teologia da Libertação, a Revolução Cultural chinesa, a experiência da União Soviética, o ideário da social-democracia alemã, a educação para a liberdade proposta por Paulo Freire aliada a experiências de educação popular e investigação-ação (Falls Borda). Somam-se a esses, movimentos contestatórios e expressões culturais de camponeses, trabalhadores industriais, indígenas, estudantis, de mulheres, negros e moradores das periferias urbanas. (Iamamoto, 2019, p. 445)

A reconceituação do Serviço Social é impulsionada pela necessidade de alinhar a profissão às transformações sociais. Dentre as várias perspectivas críticas que passam a incidir no Serviço Social está a Teologia da Libertação, que é o foco deste trabalho. Percebe-se, portanto, que é nesse período que o Serviço Social se aproxima da TdL, e a relação com a Igreja conta agora com novas bases de legitimação, no entanto, dessa vez com a essência alinhada criticamente ao conservadorismo. Barroco (2010) coloca que

A Teologia da Libertação influencia a negação da concepção tradicional do Serviço Social, possibilitando a compreensão das determinações de classe, como diz Löwy, a solidariedade com o "pobre", que não é mais vista como "objeto de caridade e assistência", os "oprimidos" passam a ser concebidos como sujeitos de sua própria libertação. (Barroco, 2010, p. 147)

O contexto social da América Latina mudou significativamente desde a década de 1960. A Igreja Católica, assim como outras instituições, passou por transformações e adaptações. A TdL despertou um novo olhar da Igreja sobre as questões sociais, era urgente superar as práticas de caridade que se configuram como paliativos de soluções temporárias para reduzir as desigualdades. Nessa perspectiva, é preciso ir além, fazendo-se necessário lutar por direitos, por um Estado fortalecido e com intervenção nos problemas sociais. Nessa direção, a TdL ao usufruir de partes do pensamento marxista, se compromete com a luta pelo fim da opressão especialmente das classes mais pobres. Aguiar (2023) nos aponta o seguinte

Na América Latina, a Igreja Católica também desempenhou um papel importante no desenvolvimento do Serviço Social. Durante a década de 1950 e 1960, a Igreja Católica latino-americana se envolveu na luta pelos direitos dos pobres e marginalizados, tornando-se uma voz importante na luta por justiça social. O movimento da Teologia da Libertação, que se originou na América Latina, foi fortemente influenciado pelos ensinamentos da Igreja Católica e levou à criação de muitos programas de serviço social em toda a região. (Aguiar, 2023)

Assim sendo, sobre a ligação entre o Serviço Social e TdL podemos afirmar que nesse contexto com a “Teologia da Libertação e a Conferência dos Bispos Latino-Americanos, na década de 70, o marxismo passa a ser utilizado, à luz da ética cristã, como referência analítica da realidade latino-americana, tendo em vista a superação da pobreza e das desigualdades sociais.” (Barroco, 2010, p. 107). Esse é um momento importante na década de 70, pois o marxismo passa a ser levado em conta ao fazer análises das realidades sociais. Segundo Santos (2007), uma das inspirações para os agentes que lutavam pela reconceitualização do Serviço Social no Brasil foi a Teologia da Libertação.

Muitos de nós, diretores e vários professores, estávamos inspirados nos postulados religiosos do Concílio Vaticano II, na Teologia da Libertação, nos princípios filosóficos da educação popular de Paulo Freire, nos processos críticos em voga nas ciências sociais naqueles momentos e nos propósitos de mudança da revolução cubana. Em geral, éramos simpatizantes da ideologia de esquerda e dos governos e iniciativas progressistas latino-americanos. Nossa proposta na Escola era romper com o esquema “tradicional” do Serviço Social, mudar os elementos teóricos da formação profissional, enriquecê-los com as Ciências Sociais e dar muita ênfase na busca de novos campos de trabalho e práticas profissionais que ampliassem os horizontes até então demarcados pela visão e prática tradicionais e assistencialistas da profissão. (Santos, 2007, p. 166)

Nessa citação, Santos (2007) ilustra um período de grande efervescência intelectual e ideológica na América Latina, onde vários movimentos e correntes de pensamento

convergir para reformular e dinamizar o Serviço Social. O objetivo da reconceituação era romper com o modelo tradicional, caracterizado por uma visão assistencialista e limitada, e promover uma formação profissional mais rica teoricamente. A prática profissional não deveria mais ser focada apenas na assistência imediata, mas na promoção de mudanças estruturais e na defesa dos Direitos Humanos. Para Quintão (2012)

A profissão se emancipa institucionalmente da religião quando ocorre uma mudança de forças na Igreja, fazendo surgir uma visão cristã radical, que culminará com o advento da Teologia da Libertação e a emergência de uma nova esquerda do Brasil. No contexto de abertura democrática, os partidos de esquerda se reconstruem, porém com uma vocação revolucionária cada vez menor. O Partido dos Trabalhadores, sindicatos, movimentos populares e reivindicativos estavam em plena ascensão [...] (Quintão, 2012, p. 84 e 85)

De acordo com Quintão (2012), no processo de reconceituação e através da hegemonia marxista da profissão, o Serviço Social se distanciou da visão caritativa e filantrópica, assumindo uma postura crítica e científica para a análise da realidade social e das lutas pela justiça social. A profissão no Brasil se emancipou da tutela da Igreja Católica, abrindo espaço para a pluralidade de teorias. No entanto, ainda segundo a autora, “nesse percurso concorreu uma nova perspectiva de religião convergente com a defesa do homem e dos pobres para sujeitos históricos tal como o Serviço Social pensa” (Quintão, 2012, p. 86). Nesse sentido, a Igreja através do seu setor progressista continua presente no Serviço Social e agora soma-se a defesa dos direitos.

O Serviço Social brasileiro acompanha e sofre influências do contexto sócio-histórico de cada época. É possível afirmar que o contexto político, econômico e social exerce uma influência direta sobre a forma como as pessoas vivem em sociedade. Essa influência, por sua vez, molda também as necessidades profissionais.

Netto (2011) oferece uma análise abrangente do processo de Renovação do Serviço Social, identificando três vertentes que moldaram esse movimento, sendo elas: a modernização conservadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. A primeira vertente, modernização conservadora, não trouxe mudanças profundas, pois permaneceu ancorada no estruturalismo/funcionalismo.

Nesse sentido, a fase inicial do processo de renovação foi caracterizada por uma tentativa de conciliar os valores e concepções tradicionais do Serviço Social com uma moldura teórica e metodológica mais contemporânea, ainda que sem romper completamente com suas raízes. Ainda acordante com Netto (2011), essa abordagem não procurava negar os valores tradicionais, mas sim integrá-los a uma visão mais moderna da profissão. A

modernização conservadora tem seu auge com os seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970).

Iamamoto (2017) aponta que o Serviço Social brasileiro recebeu especialmente influência do vetor modernizador e tecnocrático. Essa tentativa de modernização revelou-se limitada em sua capacidade de promover mudanças substanciais na prática do Serviço Social, uma vez que não questionava profundamente as estruturas e dinâmicas de poder que subjaziam às relações sociais.

A segunda vertente, a reatualização do conservadorismo, também não avançou significativamente para a erosão do Serviço Social tradicional, uma vez que, resgata teorias vinculadas ao pensamento inicial da profissão, como a perspectiva fenomenológica. Netto (2004, p. 235) aponta que a segunda vertente significou uma “forma de travar a erosão do ranço integralista católico”, esse que se apresentava refreado pelo progressismo crescente na igreja através da Teologia da Libertação.

A reatualização do conservadorismo permaneceu incentivando uma visão subjetiva dos problemas sociais e oferecendo respostas individualistas, opondo-se aos progressos da TdL e do marxismo no Serviço Social. Barroco (2010, p. 113) destaca que a reatualização do conservadorismo apoiava-se em “pressupostos do humanismo cristão tradicional, em clara oposição à Teologia da Libertação e ao marxismo”. Para alcançar uma transformação significativa, faz-se necessário enfatizar a terceira vertente. Segundo Netto (2011)

A intenção de ruptura, em qualquer de suas formulações, possui sempre um ineliminável caráter de oposição em face da autocracia burguesa, e este tanto a distinguiu – enquanto vertente do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – das outras correntes profissionais quanto respondeu pela referida trajetória. (Netto, 2011b, p. 248).

A terceira vertente, intenção de ruptura, é a mais importante para a renovação crítica do Serviço Social brasileiro, pois como aponta Rocha (2018) “ela propõe uma nova base para o Serviço Social, uma vez que pretende romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador”. A intenção de ruptura tem sua efervescência nos anos 70, ainda durante a ditadura. O país vivia um período extremamente conturbado, porém, ainda que nesse cenário, o Serviço Social avançava para a construção de um novo Projeto Ético-Político. Na intenção de ruptura, o Serviço Social "anuncia seu compromisso com as classes trabalhadoras" (Barroco, 2010, p. 142). E nesse mesmo período o Serviço Social recebe influência dos movimentos católicos progressistas, conforme Barroco (2010, p.156). Dessa forma,

Sob a influência do movimento de reconceituação e da militância cívico-política, se aproxima do marxismo e inicia experiências práticas voltadas ao compromisso com as classes populares. Na militância católica, faz a "opção pelos pobres", projeta-se como "agente de mudança", atuando em atividades de educação popular e formação de quadros políticos junto à população. (Barroco, 2010, p. 141)

Na década de 70, o Serviço Social já estava próximo do marxismo, porém essa aproximação ainda não mostrava expressões tão concretas, pois o Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1975 permanece pautado nas ideias do tradicionalismo profissional. Nessa direção, Barroco (2010) demonstra que

Os Códigos latino-americanos não expressam nenhuma das características das vertentes críticas da reconceituação. Tendo em vista que, em 1977, os assistentes sociais latino-americanos já estavam na etapa de auto-avaliação desse movimento, portanto com elementos de crítica passíveis de apreender o significado da ética tradicional, e levando em consideração o conjunto das transformações desencadeadas mundialmente nesse período - tais como o impacto da Revolução Cubana, da experiência chilena, com Salvador Allende, a intensa mobilização política, a influência dos movimentos vinculados à Teologia da Libertação -, podemos considerar que, em seus Códigos de Ética, o Serviço Social latino-americano é impermeável a elas. (Barroco, 2010, p. 120)

Apenas em 1979 com III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, popularmente conhecido como o “Congresso da Virada”, percebe-se do ponto de vista ético-político uma ruptura mais palpável com o conservadorismo profissional. O desenvolvimento histórico que culminou no III CBAS carregava os primeiros elementos de um novo projeto profissional que ganharia forma durante os anos 1980, principalmente após 1985 com o fim da ditadura militar e a promulgação da nova Constituição Federal de 1988.

Esse congresso é um marco simbólico na recusa do conservadorismo de origem no Serviço Social brasileiro em favor de sua renovação histórico-crítica, ao associar-se aos interesses e necessidades dos trabalhadores em luta pela democracia. Contestam-se propostas exógenas à realidade latino-americana e anuncia-se “a virada” dos compromissos políticos com as classes dominantes e o poder político, que presidiram a institucionalização e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Esse Congresso foi a primeira e tardia manifestação massiva da categoria dos assistentes sociais contra a ditadura militar-empresarial e o poder de classe que a sustentou. (Iamamoto, 2019, p.441)

A ditadura civil-militar tinha como modelo de gestão a tecnocracia, o conservadorismo, o moralismo e o anticomunismo. Dessa forma, os avanços contra o conservadorismo aconteciam de forma muito lenta e delicada, pois qualquer mobilização profissional ou social alinhada a ideias revolucionárias eram reprimidas fortemente. Sobre as formas de resistência à ditadura e na luta pela democracia, Iamamoto (2019), afirma que

A “virada” expressa a sintonia do Serviço Social brasileiro com as mobilizações de trabalhadores e entidades combativas da sociedade civil, numa aproximação com as

lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas — na criação de forças de resistência à ditadura do grande capital e no apoio ao processo de construção democrática. Dentre essas forças podem ser citadas: a Igreja Católica, representada na CNBB, cuja ala mais progressista é sensível à “Teologia da Libertação” — forte aliada na defesa dos direitos humanos e na denúncia da violência de Estado junto aos presos políticos. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) marcam presença nas periferias, nas favelas, junto aos migrantes, aos camponeses e assalariados rurais, aos detentos, negros, índios e trabalhadores urbanos [...] (Iamamoto, 2019, p. 441)

Dentre as forças mencionadas, destaca-se a Igreja Católica, especialmente representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, cuja ala mais progressista é influenciada pela Teologia da Libertação. Além disso, menciona-se as Comunidades Eclesiais de Base que têm uma presença significativa em áreas periféricas e junto a diversos grupos marginalizados. Essas ações e alianças evidenciam a conexão do Serviço Social com os movimentos sociais e comunidades religiosas progressistas na defesa dos direitos da classe trabalhadora, demonstrando um compromisso com a transformação social. Nesse contexto, as atividades profissionais desenvolvidas pelo Serviço Social estão comumente pautadas na educação popular.

Para Carrara (1999), o Serviço Social e a Teologia da Libertação convergem no que tange a busca pela transformação social, propondo uma sociedade sem opressão e exploração. Acordante com De Castro e De Oliveira (2019), a partir da década de 60 aconteceu no Serviço Social uma

desvinculação de segmentos da Igreja Católica e seu conservadorismo tradicional com a aderência de católicos progressistas de esquerda, muitos deles com vinculação ao movimento da Teologia da Libertação, com ativa militância cívica e política. Esse setor da Igreja influenciou fortemente o movimento de renovação do Serviço Social [...] Com isso, a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica do rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional, transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora e exploradora (De Castro; De Oliveira, 2019, p. 145)

Sendo assim, de acordo com as autoras, a TdL influenciou fortemente a renovação do Serviço Social. É importante salientar que não foi do dia para a noite que o Serviço Social se desvinculou do conservadorismo, foi um processo de reconceituação demorado, com várias fases, avanços e também retrocessos impostos pela ditadura civil-militar. Dos Reis e Da Silva (2022) oferecem uma ampla análise acerca da TdL e Serviço Social, afirmando que

Essa nova teologia teve contribuição decisiva para importantes lutas na América Latina, sendo influência de diversos movimentos sociais do período. [...] O Serviço Social também sofrerá impactos de toda essa discussão comprometida com projetos que debatiam a superação do subdesenvolvimento. Todo esse debate que problematiza a dependência da América Latina e os movimentos sociais que lutaram frente essas

problematizações, se tornaram fatores que contribuíram para a erosão de um Serviço Social tradicional. O tradicionalismo profissional já estava sendo colocado em xeque devido a crise do capital e o avanço de vários movimentos contra a ordem em escala mundial. [...] A TdL é uma das referências estimuladoras deste debate que também afetou o Serviço Social e sua renovação (inclusive o seu debate mais progressista). (Dos Reis e Da Silva, 2022, p. 264)

A TdL, como uma referência estimuladora, fomentou um debate que impactou o Serviço Social e sua renovação. Esse impacto foi percebido na adoção de uma abordagem mais progressista dentro do Serviço Social, comprometida com projetos de transformação social e justiça. O período de Reconceituação foi essencial para o desenvolvimento de um Serviço Social mais engajado politicamente e comprometido com a transformação das estruturas sociais injustas. Conforme Dos Reis e Da Silva (2022)

Constata-se, assim, o forte diálogo entre a Teologia da Libertação e o Movimento de Reconceituação do Serviço Social. A análise do processo brasileiro e suas particularidades permitiram um olhar mais detalhado sobre a contribuição dessa corrente progressista católica para a ruptura com o conservadorismo na profissão. [...] Por fim, é importante frisar que esse movimento de renovação profissional contou com uma série de influências, não só a da TL. Diversos outros movimentos, partidos e correntes teóricas também influenciaram a crítica ao tradicionalismo profissional. (Dos Reis e Da Silva, 2022, p. 270)

A década de 1970 é marcada pela aproximação do Serviço Social com diversos movimentos sociais e com a Educação Popular Freireana. Observou-se que frequentemente no âmbito do Serviço Social, autores e autoras colocam a TdL e a Educação Popular como parceiras. De acordo com Machado (2012, p. 152) “a aproximação do Serviço Social com as ideias de Paulo Freire na América Latina se dá no decorrer do Movimento de Reconceituação da profissão.”

Oliveira (2021) expõe como a libertação é categórica nas obras de Freire, destacando-se as obras publicadas entre o final dos anos 1960 e os anos 1970. A Teologia da Libertação apresenta uma base teológica e social, enquanto a pedagogia de Freire se concentra mais diretamente na prática educacional e na teoria crítica, porém as convergências entre ambos refletem um compromisso compartilhado com a justiça social e a libertação dos oprimidos.

A Educação Popular⁵ é laica e plural. Machado (2012) aponta que as práticas em educação popular no Serviço Social “continuam presentes em seu campo de atuação, ocupando espaços coletivos em segmentos organizados da sociedade civil”. Duriguetto e Baldi (2012, p. 197) argumentam que a “educação popular, em sua tendência de libertação, vinculada principalmente a movimentos impulsionados pela Igreja Católica, tornar-se-á instrumento da prática do assistente social nos diferentes espaços de atuação profissional”.

Como também, Simões (2024, p. 150) expressa sobre a TdL e Serviço Social que a “Teologia da Libertação, assim como a obra de Paulo Freire, deu o suporte para propostas assistenciais alternativas, que buscavam a vinculação ao movimento de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas”. A influência da TdL, da educação popular freireana e dos movimentos sociais foi imprescindível para a reconceituação do Serviço Social, ajudando a moldar uma profissão mais crítica.

3.3 - As contribuições da Teologia da Libertação para a dimensão ético-política do Serviço Social

De acordo com Netto (2006), "É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político". Sendo assim, pode-se dizer que o PEP do Serviço Social é a solidificação da perspectiva crítica da profissão e a recusa concreta do conservadorismo. Netto (2006) nos mostra o seguinte:

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. (Netto, 2006, p. 15)

⁵ “A Educação Popular como práxis social é compreendida como aquela que não está institucionalizada, ocorre dentro e com os grupos populares; é determinada pela realidade e sua perspectiva é histórica. Desenvolve-se na sociedade para se contrapor ao projeto educacional dominante. Por isso, é adotada em diferentes contextos, principalmente pelos movimentos sociais do campo e da cidade. Há a defesa, por parte do movimento pela escola pública, gratuita, laica e de qualidade, que a Educação Popular se transforme em uma educação também financiada e oferecida pelo poder do Estado, a serviço dos interesses e projetos das classes populares.” (PINI, Francisca. 2012)

Netto (2009) argumenta que a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social só foi possível devido a alguns fatores, sendo resumidamente eles segundo o autor: I- incorporação da teoria crítica marxista de forma hegemônica, II- articulação do Serviço Social com movimentos sociais e partidos políticos progressistas e anticapitalistas, III- superação do monopólio conservador presente na formação e trabalho profissional e IV- criação e fortalecimento do Conselho Federal de Serviço Social, do Conselho Regional de Serviço Social, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. Sendo assim, entende-se de acordo com o segundo ponto que a articulação do Serviço Social com os movimentos sociais foi importante para a construção do PEP.

Para Simões (2024, p. 157), a TdL consegue realizar no Serviço Social uma mediação entre teoria crítica e religião. Nesse sentido, a TdL enquanto um movimento sócio-teológico soma-se às contribuições que dialogam com o Serviço Social para o fortalecimento do PEP. Segundo Teixeira e Braz (2009, p. 5), "Não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade". A TdL e o Projeto Ético-Político do Serviço Social possuem muitos pontos em comum, como por exemplo: a defesa dos Direitos Humanos, a busca por equidade e a justiça social. Para Netto (2006)

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (Netto, 2006, p.16)

O Projeto Ético-Político surgiu no contexto de redemocratização do Brasil, sendo uma resposta às demandas e desafios impostos pela realidade social contemporânea. Os/as assistentes sociais são convocados a atuar na defesa intransigente dos Direitos Humanos, combatendo qualquer forma de discriminação e opressão. Com a Constituição Federal de 1988, as políticas públicas sociais são ampliadas. A Assistência Social, por exemplo, passa a ser vista como dever do Estado e direito de quem dela necessita. Conforme nos mostra Netto (2006)

a construção deste projeto profissional acompanhou a curva ascendente do movimento democrático e popular que, progressista e positivamente, tensionou a sociedade brasileira entre a derrota da ditadura e a promulgação da Constituição de

1988 (à que Ulisses Guimarães chamou de Constituição Cidadã) – um movimento democrático e popular que, inclusive apresentando-se como alternativa nacional de governo nas eleições presidenciais de 1989, forçou uma rápida redefinição do projeto democrático das classes proprietárias. (Netto, 2006, p.18)

O Serviço Social acompanha o movimento da sociedade em seus desdobramentos econômicos, sociais e políticos. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil respirava novos ares. A ditadura havia acabado, e a liberdade ecoava novamente entre os brasileiros. A Constituição de 88 marca um importante momento para a história do Brasil, pois representa um marco legal para a garantia dos direitos sociais. O Estado passa a se responsabilizar de fato em promover as condições básicas necessárias para que a população possa viver com dignidade. Para Iamamoto (2017)

O Serviço Social brasileiro assumiu um ideário emancipatório, herdeiro da história da luta mundial dos trabalhadores, calcada na grande política e em valores que dignificam o gênero humano. O nosso projeto está fundado nos valores maiores da liberdade, da igualdade, da radicalidade democrática, da cidadania, da ausência de preconceitos, do respeito aos direitos humanos, da qualidade dos serviços prestados. (Iamamoto, 2017, p. 18)

A TdL defende que o Estado deve intervir ativamente para corrigir as desigualdades sociais e promover os direitos dos pobres e marginalizados, apoiando, dessa forma, as políticas públicas sociais, principalmente as que se referem à distribuição de renda (Boff, 2001). Os anos 80/90 representaram para o Serviço Social uma consolidação da aproximação direta com os movimentos sociais e organizações populares em um período de maturação do PEP. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais se dá em vistas de uma pedagogia emancipatória, com propostas de participação ativa e fortalecimento do senso crítico. Para Duriguetto e Baldi (2012)

Os elementos constitutivos desta pedagogia viriam das experiências das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) daquele momento, que, enraizadas nas práticas cotidianas das camadas populares, politizaram nas e encorajavam-nas à auto-organização, realizando uma formação política através do debate crítico sobre as contradições sociais em meio a um processo de luta por melhorias de condições de vida e de contestação à ordem estabelecida. (Duriguetto e Baldi, 2012, p. 196)

A pedagogia mencionada se fundamenta nas experiências das Comunidades Eclesiais de Base, que desempenharam um papel indispensável na politização e no incentivo à auto-organização das camadas populares. As CEBS, integradas nas práticas cotidianas das comunidades, promoveram uma formação política robusta por meio de debates críticos sobre as contradições sociais, impulsionando a luta por melhores condições de vida e a impugnação

da ordem capitalista estabelecida. Esse processo foi essencial para fortalecer a consciência e a ação política entre os participantes dessas comunidades.

Pode-se dizer também que a materialização do PEP do Serviço Social é a lei nº 8662 de 7 de junho de 1993 que regulamenta a profissão de Assistentes Sociais e o Código de Ética profissional de 1993, e estes apontam a liberdade como valor ético-central. São, portanto, os princípios fundamentais do Código de Ética de 1993:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 1993)

De acordo com o artigo 4 da lei 8.662/93, é competência do Assistente Social prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade. Sendo assim, ao oferecer assessoria, o profissional contribui para capacitar os movimentos sociais, ajudando-os a compreender e a utilizar as políticas públicas sociais de forma eficaz para alcançar seus objetivos.

O Código de Ética dos Assistentes Sociais é um documento que orienta a prática profissional, garantindo que as/os assistentes sociais atuem de forma ética, responsável e comprometida como parte da classe trabalhadora. Para que o Serviço Social assumira uma nova postura profissional, pautada na teoria social crítica, é preciso se distanciar do fundamentalismo religioso e do conservadorismo do início da profissão. Dos Reis e Da Silva (2022), colocam que

O fundamentalismo religioso e o neoconservadorismo têm articulado críticas e ataques à direção social estratégica – conhecida como Projeto Ético Político profissional – assumida pelo Serviço Social brasileiro, ameaçando essa hegemonia na atualidade. Igualmente têm atuado no sentido de expurgar as experiências progressistas no interior da Igreja Católica, entre elas qualquer legado deixado pelo Cristianismo da Libertação e pela Teologia que dele derivou. Sendo assim, entende-se importante esse resgate teórico da Reconceituação e da TL, o qual se torna uma ferramenta de defesa à um projeto profissional crítico e comprometido com níveis crescentes de emancipação social. (Dos Reis e Da Silva, 2022, p. 272)

Essa resistência conservadora não apenas contesta os fundamentos do PEP, mas também tenta eliminar as influências progressistas da Igreja Católica, que historicamente apoiaram causas sociais e de justiça. Nesse contexto, o resgate teórico do processo de reconceituação e da articulação da Teologia da Libertação com o Serviço Social se apresenta como uma necessária ferramenta de defesa do PEP.

De acordo com Boschetti (2015) "considera-se aqui que o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e o trabalho profissional." O conservadorismo não foi totalmente expulso do Serviço Social. Na contemporaneidade, percebe-se ainda elementos do conservadorismo principalmente nas práticas profissionais. Um exemplo do conservadorismo no Serviço Social da atualidade é o levante do "Serviço Social libertário"⁶. Conforme nos apontam Chagas e Lisboa (2022),

Essa crescente do pensamento conservador impacta diretamente o Serviço Social, pois a profissão não se faz alheia à sociedade. Pelo contrário, é composta justamente por sujeitos políticos e influenciada pelas contradições presentes na sociedade e pelos tensionamentos que dela derivam. Dessa forma, é "lógico" que as transformações societárias influenciem ou provoquem mudanças no interior da profissão. É nesse contexto que surge o "Serviço Social Libertário", movimento no interior da categoria composto por estudantes, professores e profissionais, que visa tensionar a hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional, uma vez que, como sabemos, possui uma perspectiva de justiça e emancipação social. O movimento, em sua grande maioria composto por profissionais (ainda que possua também representação entre os estudantes e docentes) nos faz crer que as transformações sociais da última década, bem como a multiplicidade de demandas exigidas nos espaços sócio-ocupacionais criaram um ambiente propício para o fomento de outras perspectivas de atuação de cunho conservador. (Chagas e Lisboa, 2022, p. 2)

O Brasil viveu momentos difíceis de avanço do conservadorismo a partir de 2016 com o Impeachment da presidenta Dilma e em seguida com a eleição do governo Bolsonaro (2019-2022). Movimentos conservadores se viam representados pelo governo, o que dentre outros fatores, contribuiu para a retomada mais significativa dessa parcela que defende inúmeros retrocessos no campo dos direitos sociais e políticos. Com a extrema direita no

⁶ É importante destacar ainda que o que se estuda neste trabalho nada tem a ver com o movimento iniciado em 2016 chamado de "Serviço Social libertário", que almeja o "combate à doutrinação marxista dentro do Serviço Social" (CRESS/MG, 2020). Embora o movimento tenha uma nomenclatura semelhante a TdL, se constituem movimentos totalmente opostos e sem ligação. O Serviço Social libertário visa atacar o projeto ético-político e negar todo o processo de renovação, representando assim, um retrocesso para a categoria.

poder, discursos aporofóbicos (aversão aos pobres) vinham à tona constantemente. Conforme destacam Fernandes *et al.* (2020, p. 4) “a extrema direita tem propagado o ódio contra a esquerda, principalmente com difusão do antipetismo, com notícias falsas, xenofobia, homofobia, aporofobia e aversão às relações sociais não capitalistas.”

O Serviço Social na contemporaneidade tem discutido com frequência tanto no âmbito acadêmico como profissional sobre “a necessidade de potencialização de uma formação crítica [...] como uma estratégia para a qualificação do trabalho profissional” (Lopes; Nascimento; Silva, 2020). Dessa forma, percebe-se uma preocupação em não dissociar teoria crítica e prática. Para Boschetti (2015), um dos pilares fundamentais para combater o conservadorismo no Serviço Social é a oferta de uma formação profissional de qualidade, afastando-se do tecnicismo e da rapidez no processo de formação.

Exige recusar os modismos tecnicistas e pragmáticos na formação e no trabalho profissional e defender firmemente o trabalho como espaço de fortalecimento dos direitos da classe trabalhadora, direitos entendidos como mediação para acumular forças, para fortalecer as lutas universais pela libertação das relações mercantis. No âmbito especificamente do Serviço Social, o desafio de reafirmar nosso Projeto Ético-Político é mais necessário do que nunca, pois não podemos recuar diante da ofensiva conservadora e retroceder nas conquistas alcançadas por tantas gerações. (Boschetti, 2015, p. 650)

O texto de Boschetti convoca o Serviço Social a assumir uma postura de resistência e de reafirmação dos valores ético-políticos que fundamentam a prática e teoria do Serviço Social, destacando a necessidade de manter-se fiel aos princípios que formam uma leitura crítica da realidade em face dos desafios contemporâneos. É hora de fortalecer o PEP frente às investidas conservadoras, garantindo que a profissão continue a atuar como agente de transformação social, comprometida com a ampliação e consolidação da cidadania.

O Serviço Social dialoga com outras áreas do conhecimento desde o processo de formação. Portanto, nesse cenário, para aguçar o PEP é indispensável que ele dialogue e conte com o apoio de variados ramos do conhecimento que sejam compatíveis com seus ideais. A interdisciplinaridade não dilui as especificidades e particularidades profissionais, mas oferece uma importante pluralidade de ângulos e diferentes formas para abordar o real.

Diante do exposto, passaremos a expor agora os resultados da pesquisa realizada sobre a influência da Teologia da Libertação no Serviço Social Brasileiro. Colocou-se como critério de inclusão para a seleção dos textos: materiais publicados em Português, que expõe a temática central deste estudo. A coleta de dados foi realizada através das seguintes plataformas: Google Acadêmico, Periódicos CAPES, SciElo, Repositório Institucional da UFPB, UFSC e UFJF.

Os descritores utilizados foram “Teologia da Libertação e Serviço Social”, “Renovação do Serviço Social” e “Projeto ético-político do Serviço Social”. Foram localizados apenas 1 (um) artigo intitulado “Contribuições da teologia da libertação para a reconceituação do Serviço Social” e 2 (duas) dissertações de mestrado intituladas: “Serviço Social e Teologia da Libertação: em busca da transformação social” e “Teologia da Libertação e marxismo: religião e lutas emancipatórias”, considerado um número muito pequeno dada a importância dessa temática.

Nesse sentido, a fundamentação foi complementada através de livros e artigos de áreas afins que dialogam de forma direta ou indireta com o tema. Portanto, para o desenvolver dessa pesquisa que visou identificar a influência da TdL na Reconceituação do Serviço Social e seu projeto ético-político, foi adotada a pesquisa bibliográfica que por meio de obras de autores da Teologia como Gutiérrez, Gibellini, Sbardelotti, Frei Betto, Leonardo Boff, da Filosofia como Ivone Gebara e Enrique Dussel, das Ciências Sociais como Michael Löwy e dos autores clássicos do Serviço Social como Netto, Yamamoto e Barroco. Sendo assim, por se tratar de uma pesquisa de revisão bibliográfica, não foi necessário deslocarmo-nos a bibliotecas ou instituições, pois a coleta dos dados foi realizada por meio digital.

Em relação ao método de análise que guiou a pesquisa, adotou-se o que foi afirmado em Santos (2013) a qual diz que o método é a relação que permite a um sujeito apreender o movimento de um objeto, ou seja, apreender as determinações constitutivas da dinâmica do objeto em sua totalidade. A essência se manifesta no fenômeno, sendo assim, é necessário ir além das aparências dos fenômenos.

Seguindo esta abordagem, adotamos como perspectiva de análise para o problema de pesquisa o método do materialismo histórico dialético, que se define como o método pelo qual o pensamento se apropria do objeto. Para Netto (2011) o método em Marx é indissociável da teoria social crítica. Nesse sentido, o método em Marx nos possibilita observar o objeto em sua totalidade. Isso exclui qualquer pretensão de neutralidade superficial e nos permite entender o fenômeno não apenas através de perspectivas sensoriais, mas sim em sua totalidade sócio-histórica, tendo em vista que, é a realidade social que constroi a ideia. Ainda segundo Netto (2011)

Para Marx o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação (Netto, 2011, p. 52).

A seguir, apresentaremos os dados de identificação dessa produção.

Quadro 02 - Dados de identificação das plataformas digitais investigadas quanto a existência de produções acerca da influência da Teologia da Libertação no Serviço Social brasileiro.

Plataforma	Ano	Quantidade
Repositório Institucional UFJF	1999	01
Repositório Institucional UFSC	2017	01
Revista libertas	2022	01

Fonte: elaboração própria, 2024.

De acordo com o quadro 02 é possível identificar que as dissertações e artigo encontrados estão disponíveis em diferentes plataformas de busca digital no período de 1999 a 2022. Constatase que a produção é bastante limitada, o que ressalta a importância do debate e a necessidade de novos estudos que aprofundem a discussão e sejam divulgados em publicações científicas. Faz-se necessário ainda destacar que através do Google Acadêmico foi possível localizar quais repositórios institucionais de Universidades Federais apresentavam trabalhos ligados ao tema de estudo. Sendo assim, após nortear com o auxílio do Google Acadêmico, a busca foi feita diretamente nos sites dessas universidades.

Tabela 01 - Dados de identificação dos textos analisados sobre a influência da Teologia da Libertação no Serviço Social brasileiro quanto ao tipo de trabalho publicado.

Tipo de Trabalho	Quantidade	%
Artigo Científico	01	0,294
Monografia	00	-
Dissertação	02	30,77
Tese	00	-

Fonte: elaboração própria, 2024.

As revisões de literatura configuram-se como sistematizações essenciais do conhecimento, trazendo contribuições valiosas para o debate científico existente. Segundo Gil

(2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Esse tipo de pesquisa facilita o acesso e a análise de informações relevantes e atualizadas. Essa abordagem é essencial para a validação e evolução do conhecimento em diversas áreas do saber.

A próxima tabela mapeará os autores do Serviço Social que falam sobre a TdL e foram citados neste trabalho.

Tabela 02 - Autores do Serviço Social que citam a Teologia da Libertação e o ano de seus respectivos textos

Autor(a)	Ano
Maria Lucia Barroco	2010
Graziela Quintão	2012
Marilda Iamamoto	2019
Mariana de Castro e Natália de Oliveira	2019
Marilda Iamamoto e Claudia Santos	2022
Guilherme dos Reis e José da Silva	2022
Pedro Simões	2024

Fonte: elaboração própria, 2024.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas no decorrer desta pesquisa bibliográfica com o objetivo da construção deste Trabalho de Conclusão de Curso possibilitaram aprofundar os conhecimentos sobre a Teologia da Libertação, e especialmente a sua relação com o Serviço Social brasileiro. Refletir acerca da influência da Teologia da Libertação no Serviço Social foi uma tarefa de extrema importância no que se refere ao resgate da história do Serviço Social,

sua reconceituação e renovação, bem como a construção e o fortalecimento do Projeto Ético-Político.

Ao analisar a trajetória da Teologia da Libertação no Brasil é possível constatar que seus adeptos, como também os movimentos sociais que eram inspirados por essa teologia foram essenciais para resistir contra a ditadura civil-militar do país, como também questionar a realidade social da América Latina e propor a Igreja Católica uma leitura crítica da sociedade, somando-se as forças de lutas por direitos e melhores condições de vida especialmente para a população pobre. A TdL foi importante na construção de diversos movimentos sociais, especialmente o MST, conforme Gohn (1995) e Justino (2017).

A Igreja Católica moldou profundamente o Serviço Social em suas primeiras décadas, marcando-a com bases conservadoras e teórico-filosóficas ligadas à doutrina social da Igreja. Isso é amplamente discutido e consolidado no Serviço Social. O estudo da influência da Teologia da Libertação no processo de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e em particular seus desdobramentos no Brasil, revela-se fundamental, pois oferece uma compreensão mais profunda sobre como essa corrente teológica católica pode ter contribuído para a renovação profissional e para o fortalecimento de um PEP comprometido com as classes mais pobres e a luta por seus direitos.

A Teologia da Libertação e o Serviço Social quando se encontraram negam a pobreza como destino divino fruto da vontade de Deus, sendo assim, buscam formas de superá-la através das políticas públicas sociais ofertadas pelo Estado. O Serviço Social e a TdL reconhecem no processo de reconceituação que é necessário ir além das práticas caritativas, é preciso entender historicamente as raízes das opressões que levam a pobreza e marginalização e combatê-las através de intervenções críticas que questionam a ordem capitalista vigente.

Como relatado no decorrer do trabalho, as produções científicas sobre a temática ainda são bastante escassas, fazendo-se necessário também chamar atenção dos pesquisadores do Serviço Social para o tema. Em todos os textos analisados foi possível verificar que a TdL e o Serviço Social se encontram no decorrer do Movimento de Reconceituação a partir dos anos de 1960, foi constatado também que o diálogo entre a TdL e o Serviço Social ocorre principalmente através da educação popular e dos movimentos sociais, sendo assim, a TdL é uma aliada em defesa do PEP do Serviço Social na promoção da justiça social, luta por direitos e recusa do conservadorismo.

Com relação ao conteúdo dos textos analisados que dissertam sobre a TdL e Serviço Social, em síntese: o texto de Carrara (1999) mostra que através do contato com as CEBs, teólogos católicos capturaram elementos da realidade social que, quando associados aos

conceitos das Ciências Sociais, particularmente à teoria social marxista e às mensagens bíblicas de partilha, serviço aos pobres e libertação, resultaram no surgimento e disseminação da Teologia da Libertação na América Latina. As assistentes sociais trabalham em diversos espaços sócio-ocupacionais para viabilizar direitos e minimizar as expressões da questão social como desigualdade, pobreza, violência e falta de acesso a serviços essenciais. Nesse sentido, as CEBs desenvolvem atividades de apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade, principalmente no campo e nas periferias, e as/os assistentes sociais podem colaborar com essas comunidades para identificar necessidades, planejar e implementar ações que visem à melhoria das condições de vida.

O texto de Justino (2017) estuda o fenômeno da religiosidade, buscando compreender Teologia da Libertação enquanto fato histórico e especialmente a relação da Teologia da Libertação com o marxismo e a influência desse movimento na organização das lutas populares na América Latina, particularmente, na Revolução Sandinista, nas lutas revolucionárias em El Salvador e no surgimento do MST no Brasil. A pesquisa de Justino (2017) almejou contribuir também mesmo que de forma indireta para a aproximação do Serviço Social com o debate da religião, de forma especial a vertente da TdL, uma vez que, como coloca a autora “este é fenômeno importante que perpassa a vida das pessoas, e assim sendo daquelas mulheres e homens que atendemos em nossa prática profissional cotidiana” (Justino, 2017, p. 156).

O texto de Dos Reis e da Silva (2022) aponta que a Teologia da Libertação incentivou a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais e com a educação popular, criando um espaço para formação política e mobilização popular. Profissionais de Serviço Social foram encorajados a se envolver em lutas sociais, contribuindo para a construção de uma perspectiva crítica na profissão, que continua a ser predominante até os dias de hoje. Esses movimentos sociais, ao interagir com a Teologia da Libertação, ajudaram a desenvolver uma consciência crítica e a mobilizar diversos segmentos da sociedade na busca por transformação e justiça social.

O Serviço Social atual defende amplamente a laicidade do Estado e a neutralidade religiosa em suas práticas profissionais, sendo assim, essa análise das influências da Teologia da Libertação no Serviço Social pretende avaliar criticamente o papel da Igreja Católica na formação e no desenvolvimento histórico da profissão. Evidencia-se que o legado da Igreja Católica no Serviço Social, inicialmente conservador, foi, em parte, desafiado e transformado pela influência de movimentos católicos progressistas como a Teologia da Libertação, que desempenharam um papel importante na reconceituação e renovação da profissão, e também

na promoção de um Serviço Social mais crítico e engajado com as lutas sociais contemporâneas.

Embora o conservadorismo ainda transpasse certos aspectos da profissão, o PEP do Serviço Social continua a ser uma força motriz para a recusa do conservadorismo. A resistência a retrocessos e a reafirmação dos princípios éticos e políticos que sustentam a profissão são essenciais para garantir que o Serviço Social continue a ser um agente de viabilização de direitos, com uma formação plural e crítica.

Como expressa um cântico da TdL: “Com a luta sofrida de um povo que quer ter voz, ter vez, lugar [...] Nosso Deus fica ao lado dos pobres” (Cardoso, 2004), a TdL faz uma reinterpretação do Evangelho, denunciando as injustiças sociais e adotando conceitos marxistas como a luta de classes. Em tempos de avanço do conservadorismo e da extrema direita com práticas muitas vezes aporofóbicas (Cortina, 1990), é importante que o Serviço Social através da interdisciplinaridade dialogue com movimentos progressistas, reafirmando seu compromisso com a classe trabalhadora e esbraveje a luta por nenhum direito a menos.

5 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Danielle. **A influência da Igreja Católica no Serviço Social**. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.mapasmentaisocial.com/amp/a-influencia-da-igreja-cat%25C3%25B3lica-no-servi%25C3%25A7o-social>. Acesso em: 13 jul. 2024.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8.edição, São Paulo: Cortez, 2010.
- BARROS, Marcelo. **Eu ouvi os clamores do meu povo**. Disponível em: <https://www.marcelobarros.com/blog/eu-ouvi-os-clamores-do-meu-povo/>. Acesso em: 21 maio 2024.
- BETTO, Frei. Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. In: **Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. 1982. p. 283-283.
- BOFF, Leonardo (Org). **A Teologia da Libertação: balanços e perspectivas**. São Paulo: Ática, 1996.
- BOFF, Leonardo. **Espiritualidade: um caminho de transformação**. Sextante, 2001.
- BOFF, Leonardo. **O Caminhar da Igreja com os oprimidos: do vale de lágrimas rumo à terra prometida**. 1988.
- BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer teologia da libertação**. 3ª Edição. Editora Vozes. Petrópolis, 1986.
- BRANDÃO, Rita de Cássia Camargo. **O serviço social no Brasil: a reinstrumentalização necessária**. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social)–Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 jun. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 10.295**, de 13 de março de 2024. Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/2260103870/lei-10295-13-marco-2024-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: 29 jun. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 8.662**, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jun. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm. Acesso em: 29 jun. 2024.
- CALADO, Alder Júlio F. C. (Org.). **Movimentos sociais, estado e educação no nordeste**. Estudos de experiências no meio rural. João Pessoa: Idéia, 1996.
- CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. **A Teologia da Libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade**. Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais, v. 2, 2011.

CARRARA, V. **Serviço Social e Teologia da Libertação**. Juiz de Fora: UFJF, 1999 [Dissertação de Mestrado]

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Felix do Araguaia, 1971. Acesso em: 13 ago. 2024

CFESS. Estado laico: em defesa do Estado Laico. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2015-CfessManifesta-EstadoLaico-Site.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

CFESS. Memórias e Resistências contra a Ditadura. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro-MemoriaseResistenciasContraDitadura.pdf>. Acesso em 24 jun. 2024.

CHAGAS, Dandara; LISBOA, Magno. **Serviço Social Libertário: uma análise da presença conservadora no Serviço Social na contemporaneidade**. Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, v. 4 n. 1, 2022.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Documento de Puebla**. 3. ed. Puebla: 1979. Disponível em: https://pjmp.org/subsidios_arquivos/cnbb/Puebla-1979-3CELAM-PORTUGUES.pdf. Acesso em: 17 maio 2024.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (1968). **Medellín 1968: Documento Final - 2º CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano) - Português**. Recuperado de https://pjmp.org/subsidios_arquivos/cnbb/Medellin-1968-2CELAM-PORTUGUES.pdf. Acesso em: 7 jun 2024.

CORTINA, A. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020

COUTO, Felipe; CARRIERI, Alexandre. Enrique Dussel e a Filosofia da Libertação nos Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 4, p. 721-734, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/P6YrN4PKRCBfHwxWQsxqrhR/>. Acesso em: 6 jun. 2024.

CRESS-MG. O Serviço Social é de esquerda. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/2020/04/24/servico-social-e-de-esquerda/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

CUNHA, Diogo. **Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto**. Editora Universitária UFPE, 2008.

DE CASTRO PEREIRA, Mariana Figueiredo; DE OLIVEIRA, Natália Coelho. Serviço social e movimentos sociais: história e reflexões sobre o amadurecimento teórico-metodológico. **Serviço Social em Debate**, v. 2, n. 1, 2019.

DOS REIS, Guilherme Costa; DA SILVA, José Fernando Siqueira. Contribuições da teologia da libertação para a reconceituação do serviço social. **Libertas**, v. 22, n. 1, p. 254-273, 2022.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BALDI, Luiz Agostinho de Paula. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Revista Katálysis**, v. 15, p. 193-202, 2012.

DUSSEL, E. D. **1492: o encobrimento do outro**, Petrópolis: Vozes, 1993

DUSSEL, E. D. **Filosofia na América Latina: filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1977.

FARIA, Camila; CARLONI, André Ramos; LIMA, Maria da Soledade. **A PARTICIPAÇÃO DA ESQUERDA CATÓLICA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS NOS GOVERNOS PETISTAS NO DECÊNIO 2004-2014 E SEUS REBATIMENTOS NOS PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA NO BRASIL**. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 333-362, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Aprendendo com a própria história**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GARCEZ, Thiago. **História do Serviço Social no Brasil**. Portal dos SS. Disponível em: <https://portaldoss.com.br/historia-do-servico-social-no-brasil/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

GEROMEL, Bárbara. Igreja Católica, ditadura e memória no Brasil. **Ars Historica**, n. 22, 2021.

GIBELLINI, Rosino. **A Teologia no século XX**. São Paulo: Loyola, 1988.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓMEZ, Salustiano Alvarez. A teologia da libertação na América Latina. **Cadernos de História**, v. 10, n. 13, p. 24-46, 2008.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **A força histórica dos pobres**. Petrópolis: Vozes, 1981.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. Editora Paz e Terra, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 41 edição. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, p. 13-38, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, p. 439-461, 2019.

IAMAMOTO, Marilda; SANTOS, Claudia. **A PESQUISA EM REDE O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: DETERMINANTES HISTÓRICOS, INTERLOCUÇÕES INTERNACIONAIS E**

MEMÓRIA (1960-1980). In: XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. ABEPSS, 2022.

IVANETE, Boschetti. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, p. 637-651, 2015.

JUSTINO, Aline. **Teologia da libertação e marxismo: religião e lutas emancipatórias**. Santa Catarina: UFSC, 2017. [Dissertação de Mestrado]

LACERDA, Lucelmo; RIBEIRO, Maria. **MARXISMO E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: UMA REFLEXÃO (IM) PERTINENTE**. VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2006.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação**. Expressão Popular: São Paulo, 2016.

LÖWY, Michael; SOFIATI, Flávio Munhoz; ANDRADE, Luis Martínez. Apresentação: Cristianismo da libertação e Teologia da libertação na América Latina. **Sociedade e Cultura**, v. 23, 2020.

LÖWY, Michel. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serviço Social & Sociedade**, p. 151-178, 2012.

MARX, Karl. **A Questão Judaica**. São Paulo: Centauro, 2000b.

MENEZES, Antonio Julio. **A Igreja católica e os movimentos sociais do campo: A Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Caderno Crh, v. 20, p. 331-341, 2007.

MITIDIERO, Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2008.

MOREIRA, Alberto. Contribuições da Teologia da Libertação para os movimentos sociais. **Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, v. 10, n. 2, p. 37-55, 2012.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Irmã Dorothy, irmã dos povos das florestas**. 12 fev. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/02/12/irma-dorothy-irma-dos-povos-das-florestas/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

NETTO, J. P. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 100, p. 650-678, 2009b.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3.ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**, v. 4, p. 141-160, 2006.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64. 8ª. edição - São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método na teoria social**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 667-700.

NORONHA, Cejana Uiara Assis. Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 22, n. 2, p. 185-191, 2012.

OLIVEIRA, Carlos César de. Diálogos entre Paulo Freire e a Teologia da Libertação. **Dignidade Re-Vista**, v. 7, n. 12, p. 62-74, 2021.

PASTORAL DA JUVENTUDE. **Orientações para a caminhada**: um CORPO em construção. Org. Lourival Rodrigues da Silva. São Paulo: CCJ, 2009.

PLEYERS, Geoffrey. A “guerra dos deuses” no Brasil: da teologia da libertação à eleição de Bolsonaro. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020.

QUINTÃO, Graziela Ferreira. **A questão religiosa no trabalho do Assistente Social**: fragmentos de uma investigação na atualidade. 2012.

RANGELL, Danilo. Concepções Sobre a História na Teologia da Libertação (1971-1989). **Anais dos Simpósios da ABHR**, v. 13, 2012.

ROCHA, Fernanda. **O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: UM DEBATE SOBRE A PERSPECTIVA DE INTENÇÃO DE RUPTURA E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PERFIL PROFISSIONAL**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018.

ROSADO, Maria José. Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, p. 294-304, 2006.

SANTOS, C. M. **Na Prática a Teoria é Outra?** Mitos e Dilemas na Relação entre teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SANTOS, Leila Lima. Entrevista para a Revista **Em Pauta** nº20, 2007.

SBARDELOTTI, Emerson (Org). **Puebla: Igreja na América Latina e no Caribe**: opção pelos pobres, libertação e resistência. Petrópolis: Vozes, 2019.

SILVA, Rosildo Henrique. O movimento ação, justiça e paz: Dom Helder e as violências da Ditadura Civil-Militar brasileira. **Anais dos Simpósios da ABHR**, 2021.

SIMÕES, Pedro. A religião no serviço social. **SER Social**, v. 26, n. 54, 2024.

TEIXEIRA, Joaquina Barata *et al.* O projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, 2009.

YALLOP, David. **Em nome de Deus: Uma Investigação Em Torno Do Assassinato Do Papa João Paulo I.** São Paulo: Record, 1984.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF, 2009.

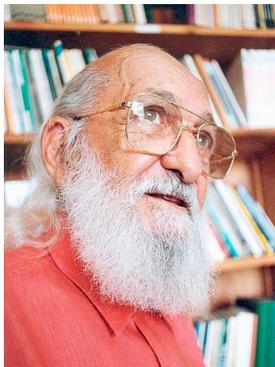
ANEXOS



Artes: Ateliê 15



Irmã Dorothy



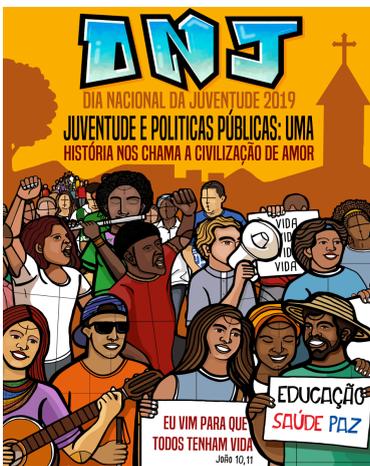
Paulo Freire



Leonardo Boff



Dom Helder



Dia Nacional da Juventude, 2019. Pastorais Sociais. Acervo da autora. Campanha da CNBB, 2019.